

**Junho 2007**

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Genérico

**Redação** Waldney Oliveira

**Conselho de Edição e Revisão:**

Allan Cain, Fabrice Beutler,  
Beat Weber, Pacheco Ilinga,  
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,  
Azancoth, Massomba Dominique

**Editado por:**

Development Workshop-Angola

**Endereço:**

Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

**Telefone:**

+(244 2) 448371 / 77 / 66

**Email:**

cedoc.dwang@angonet.org

**Com apoio de:**

LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega

## INDICE

<b>1 Redução da Pobreza e Economia</b>	<b>1</b>
1.1 Economia de Angola crescerá 35% em 2007 .....	1
1.2 Oficial pede conjugação de esforços no combate à pobreza .....	1
1.3 Preços com variações mais acentuadas.....	1
1.4 Angola no último lugar da competitividade económica global.....	2
1.5 Agricultura está a desenvolver nova tecnologia .....	4
1.6 Colégios deixam de cobrar propinas em dólares face a desvalorização .....	4
1.7 Governo investe cinco milhões de dólares no crédito jovem.....	4
1.8 BDA quer contribuir para a redução da pobreza no país.....	5
1.9 FMI reconhece progresso da economia angolana .....	5
<b>2 Mercado Informal e Microfinanças</b>	<b>7</b>
2.1 Mais de 60 por cento de luandenses estão empregados no sector informal.....	7
2.2 Por um prato de comida .....	7
2.3 Banco Sol oferece 18 milhões de dólares em microcréditos.....	8
2.4 «O estado deveria impor regras de conduta aos comerciantes» .....	8
2.5 Sobre micro-crédito em Benguela .....	9
2.6 Vendedores do mercado municipal podem ficar sem emprego .....	9
2.7 Crédito .....	10
2.8 Vendedores do Mercado Municipal podem ficar sem empregos.....	10
2.9 Micro-crédito já aplicou cerca de 18 mil dólares.....	10
2.10 As micro-finanças .....	11
<b>3 Governação e Descentralização</b>	<b>12</b>
3.1 Ministério da Administração do Território pede aplicação da reforma administrativa.....	12
3.2 Municípios vão ter orçamento próprio a partir do próximo ano.....	12
3.3 Atribuição de dotações orçamentais aos municípios.....	13
3.4 Governador pede reforço de parceria com as comunidades.....	14
3.5 Reforma fiscal vai aumentar receitas públicas do estado.....	14
3.6 Encontro regional debate questões sobre organização e funcionamento do poder estatal .....	15
3.7 Aumento de subsídio melhora condições sociais das autoridades Tradicionais .....	15
3.8 Governador defende relançamento de brigadas comunitárias.....	15
3.9 Parlamentares avaliam execução do OGE na Huíla.....	16
<b>4 Eleições e Educação Cívica</b>	<b>17</b>
4.1 Um quarto dos Luandenses não irá às urnas .....	17
4.2 Angolanos de primeira podem, votar os de segunda não.....	17
4.3 A dor de cabeça de Virgílio Fontes Pereira .....	18
4.4 Zonas de difícil acesso recebem brigadistas.....	18
4.5 Partidos capacitados sobre gestão de conflitos .....	18
4.6 Comissão provincial eleitoral pede maior engajamento dos partidos políticos.....	19
4.7 O processo de registo eleitoral está a decorrer com transparência .....	19
4.8 CEPPE avalia registo na Huíla .....	20
<b>5 Educação, Juventude e Criança</b>	<b>21</b>
5.1 Maboque alimenta 500 mil crianças de rua .....	21
5.2 Alfabetizadores terminam curso de formação.....	21
5.3 CDR reabilita e constrói mais cem escolas em quatro províncias.....	21
5.4 Balombo beneficia de três novas escolas .....	22
5.5 Colégios deixam de cobrar propinas em dólares face a desvalorização .....	22
5.6 Rede criança preocupada com violência contra menores .....	22
5.7 ONG Linalia realiza segundo seminário denominado criança feliz.....	23

5.8	A pobreza das crianças reclama urgentemente por uma merenda escolar.....	23
5.9	CICV reunificou mais de 200 crianças .....	24
5.10	Saude preve imunizar 416 mil crianças contra a pólio .....	24
<b>6</b>	<b>Terra, Habitação e Urbanização</b>	<b>25</b>
6.1	A penúria instalou-se no centro de acolhimento do Golfe II.....	25
6.2	Grupo tecnico vai rever plano de gestão do crescimento de Luanda.....	25
6.3	Administrador da Maianga acusado de arrendar terraço de prédio .....	26
6.4	«Os desterrados do Gika».....	26
6.5	Comissão dos Direitos Humanos bateu com a porta no nariz.....	27
6.6	A cobiça ja é antiga .....	28
6.7	Lei vai reforçar observância das regras urbanisticas .....	28
<b>7</b>	<b>Serviços Básicos</b>	<b>29</b>
7.1	Falta água na Boavista até para molhar a garganta.....	29
7.2	Valas de drenagem da Samba transformadas em deposito de lixo.....	29
7.3	Projectos em volta do lixo .....	30
7.4	Cazenga no meio do lixo .....	31
7.5	Epal promete melhor fornecimento de água.....	32
7.6	GPL lança novo modelo de recolha de lixo .....	32
7.7	Empresa de saneamento lança novo sistema de recolha de lixo .....	33
7.8	Governador de Luanda pede maior cooperação na limpeza pública.....	33
7.9	Agua potável precisa-se.....	34
7.10	GPL promete fiscalizar as operadoras de limpeza.....	34
<b>8</b>	<b>Paz e Reconciliação</b>	<b>36</b>
8.1	Angola na 112ª posição do indice de paz.....	36
8.2	Paz teve influencia positiva no censo dos cabindenses.....	36
8.3	Desmobilizados recebem meios para o fomento da agricultura.....	37
8.4	Estados não devem descurar esforços na manutenção da Paz.....	37
8.5	CDR reabilita e constroi mais cem escolas em quatro provincias.....	37
8.6	Angola tem 190 mil refugiados a viverem em países vizinhos .....	38
8.7	Balombo beneficia de três novas escolas .....	38
8.8	Angola alberga mais de 60 mil refugiados.....	38
8.9	Ex-combatentes queixam-se da miséria.....	39
8.10	Policia redobra esforços na vigilância para consolidação da paz.....	39

# 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 Economia de Angola crescerá 35% em 2007

*Jornal de Angola...13-06-07*

Angola é o país que vai registar a maior taxa de crescimento económico do mundo, segundo o Jornal de Negócios de Portugal que cita fontes do Fundo Monetário Internacional (FMI). As previsões do fundo apontam que o país vai crescer a um ritmo anual de 35 por cento.

Desde 2002, com o fim da guerra civil, Angola iniciou um período de "forte crescimento económico" sustentado "pelo aumento das receitas associadas ao petróleo, reconstrução de infra-estruturas produtivas e realojamento de cerca de quatro milhões de deslocados internos", refere o FMI.

Na estrutura da economia angolana, o petróleo e o gás representam 49 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país e os diamantes cerca de cinco por cento. Na óptica da despesa, o FMI destaca as exportações com um peso de 80 por cento no PIB.

No seu orçamento para 2007, o Governo prevê um crescimento ligeiramente acima dos 30 por cento, influenciado não apenas pela entrada em funcionamento de novos blocos petrolíferos, mas também pela revitalização de sectores como a agricultura, silvicultura, pescas e a construção.

A variação real acumulada do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2002 e 2006, foi de 89,6 por cento.

O orçamento para 2007, o Governo prevê um défice orçamental de 3 por cento do Produto Interno Bruto e a meta de inflação é de 10 por cento. Na óptica do ministro das Finanças, José Pedro de Morais, o orçamento reflecte uma grande preocupação com as rubricas de despesa, que, disse, têm um efeito redistributivo grande.

"Em primeiro lugar, as despesas sociais, porque nunca é demais recordar que o défice em matéria de serviços sociais básicos à população e em matéria de serviços de infra-estruturas como água e luz em todo o país é grande", referiu o ministro durante a apresentação do OGE, acrescentando que será nesta matéria onde o esforço do Governo se vai fazer sentir

No que diz respeito a distribuição orçamental, o sector social, com 28,1 por cento da despesa do total, continua a beneficiar ela maior proporção, enquanto o sector da defesa e ordem interna é contemplado com cerca de 12,7 por cento e os gastos com a administração pública consomem 22,6 por cento da

totalidade do orçamento por estarem neles incluídos as receitas referentes aos projectos de investimento que se destinam aos outros sectores.

## 1.2 Oficial pede conjugação de esforços no combate à pobreza

*Jornal de Angola...13-06-07*

A oficial de programas do Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, Kamia Carvalho, defendeu ontem, no Lubango, a necessidade das instituições estatais e privadas congregarem esforços para o combate à pobreza e a segurança alimentar.

Falando na abertura do seminário internacional sobre "Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural", a decorrer até amanhã, na cidade do Lubango, a funcionária da ONU considerou haver necessidade de se dar resposta à problemática da fome, segurança alimentar e desenvolvimento rural.

Para Kamia Carvalho, estas três questões devem ser encaradas primeiramente na vertente dos direitos humanos, exigindo o envolvimento de membros do Governo, sociedade civil, académicos, entre outros, de maneira a garantir-se o desenvolvimento das pessoas, independentemente da sua localização.

A abordagem do desenvolvimento rural é um dos aspectos fundamentais do desenvolvimento humano e não pode ser tratada de forma alheia aos direitos humanos", sustentou.

Kamia Carvalho argumentou que existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e saudável.

Disse que espera do seminário um debate franco e profundo que resulte em conclusões capazes de contribuir para o reforço da segurança alimentar e das políticas e estruturas institucionais existentes.

O encontro visa contribuir para o debate da sociedade civil sobre a necessidade da construção institucional do direito à alimentação.

## 1.3 Preços com variações mais acentuadas

*A Capital...16-06-07*

Começam a ficar cada vez mais afastadas as hipóteses da meta de inflação proposta pelo Governo vir a ser conseguida até ao final do ano. Os números que o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) acaba de trazer a público permitem admitir isso mesmo, ao apresentar



um mercado com tendência de preços cada vez mais alta nesses últimos meses.

No mês de Maio, de acordo com um informe do INE e que este jornal teve acesso, o nível geral de preços no consumidor de Luanda variou em 0,88 por cento, algo que somado com as variações verificadas desde o primeiro mês do ano, deixa prever que dificilmente a inflação venha a ficar em 10 por cento, como é pretensão das autoridades. Neste momento, a inflação acumulada nos últimos cinco meses está já em 4,21 por cento, quando no período homólogo de 2006, em que a meta de inflação prevista foi também de 10%, o acumulado foi de 4,05 por cento, mas a taxa de inflação real acabou na mesma por superar o objectivo esperado.

Nada faz garantir, porém, que no presente ano, em que os preços mostram uma variação mais acelerada que no exercício anterior, o resultado venha a ser diferente. A variação homóloga situase agora em 12,37%, o que significa ter havido uma subida de 0,08 pontos percentuais com relação ao mês anterior. Esta subida contribui negativamente para a tendência de redução da taxa do IPC iniciada em meados do ano 2002.

Nesse mês de Maio, a classe Hotéis, Cafés e Restaurantes foi a que registou o maior aumento com 1,91%, influenciado fundamentalmente pela subida do preço de produtos como sandes com 5,39%, Pequeno-almoço com 4,61%, Funge de galinha com 2,66% e Funge de peixe com 2,22%.

O INE destaca igualmente os aumentos dos preços verificados nas classes de alimentação e bebidas não alcoólicas com 1,28%, vestuário e calçado com 1,00% e mobiliário, equipamentos domésticos e manutenção com 0,74%.

E essa variação, que quebra a tendência decrescente da inflação, ocorre num momento em que o Banco Nacional de Angola faz intervenções regulares ao nível do mercado de câmbio, para procurar que a meta traçada possa ser ainda alcançada. Só que os resultados de tais intervenções, marcadas por injeção de quantidades de dólares decorrente do bom momento económico vigente no país vive, parecem estar a surtir mais positivamente ao nível da taxa de câmbio do que propriamente no sentido da redução dos níveis de inflação.

Sem que isso estivesse nas previsões do Banco Central, o kwanza tem estado nos últimos tempos a conhecer uma certa valorização perante as moedas de maior referência nas transacções angolanas. O dólar norte-americano, por exemplo, que até há pouco tempo esteve fixado em 80 kwanzas, tomba-se agora em 74, no câmbio de referência do BNA, e, em 75, na cotação de rua.

Se isso pode ser motivo de alguma satisfação para quem regula o mercado cambial do país, o entusiasmo

será menor quando olhar para a nova tendência inflacionária. Os dados publicados pelo INE, entidade que as autoridades têm como barómetro do mercado, vai certamente obrigar que o banco central intervenha novamente com os instrumentos de que se dispõe para conter tal tendência.

## 1.4 Angola no último lugar da competitividade económica global

*A Capital.16-06-07*

Embora as elevadas potencialidades de Angola em matéria de recursos humanos e as altas taxas de crescimento da economia (17%) tenham sido realçadas em vários momentos, o país continua a padecer de problemas básicos que obstruem o seu elevado potencial.

O Relatório sobre a Competitividade em África, cuja publicação e igualmente assumida pelo Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento utiliza quatro estágios de desenvolvimento para classificar os países: 1) economias conduzidas (alavancadas) por factores básicos como a exploração de recursos; 1-2) países em transição; 2) economias baseadas na eficiência; 2-3) países em transição; 3) países cujo desenvolvimento se baseia na inovação. Angola encontra-se, de acordo com o relatório, no primeiro estágio de desenvolvimento.

O relatório sobre a competitividade em África, em matéria de perfis de países, estrutura-se em três capítulos básicos: requisitos básicos, factores promotores da eficiência e finalmente factores promotores da inovação.

No primeiro estão incluídos quatro pilares: Instituições, Infra-estruturas, Macroeconomia, saúde e educação primária. No segundo capítulo, referente a eficiência incluem-se o ensino superior e a formação profissional; eficiência de mercado e aptidão tecnológica. Do terceiro capítulo, referente aos factores de inovação fazem parte a sofisticação do ambiente de negócios e a inovação em si mesma. São por conseguinte nove pilares definidores do índice de competitividade.

No relatório global sobre a competitividade, num conjunto de 14 factores considerados mais problemáticos para a realização de negócios, estão como os mais sérios a ineficácia da Administração governamental; a falta de mão-de-obra qualificada; dificuldades de acesso ao financiamento; corrupção; infraestruturas inadequadas.

Seguem-se por ordem decrescente de importância, nível ético pobre da força de trabalho nacional; instabilidade das políticas; regulação fiscal; legislação laboral restritiva; crime e roubos; legislação cambial; inflação; instabilidade governamental e golpes de

estado; impostos. Como se pode facilmente deduzir, tratam-se de problemas que os diversos actores nacionais têm identificado claramente.

Na maior parte dos nove pilares, Angola situa-se nas posições derradeiras, com raras excepções para alguns indicadores macroeconómicos ou de eficiência de mercado.

Se examinarmos, por exemplo, o primeiro pilar (Institucional) reparamos que em matéria de direitos de propriedade Angola está em 111º lugar; malbaratamento de fundos públicos (97º); confiança nos líderes políticos (70º); independência do judiciário (93º); favoritismo nas decisões dos funcionários governamentais (104º); custo do crime e da violência para as empresas (119º); comportamento ético das empresas (128º); nível dos padrões de auditoria e contabilidade (121º), para citarmos apenas alguns casos.

No segundo capítulo, referente a qualidade das infra-estruturas: ao nível global (121º lugar); rodoviárias (99º); portuárias (98º); transporte aéreo (101º); fornecimento de electricidade (115º); linhas telefónicas (120º).

Desnecessário será adiantar que em matéria do terceiro pilar (macroeconomia) muitos dados não estão actualizados, embora noutros aspectos do relatório se reconheça o desempenho da economia e os indicadores positivos alcançados no controle da inflação, aumento da poupança, por exemplo.

O quarto conjunto de indicadores, referente a saúde e ensino primário também coloca Angola nas piores posições da lista: impacto da malária no ambiente de negócios (125º lugar); impacto da tuberculose no ambiente de negócios (119º); taxa de mortalidade infantil (128º); esperança de vida (125º) - entre alguns indicadores.

No quinto pilar, referente ao ensino superior e a formação profissional, em particular os indicadores sobre qualidade do sistema de ensino (122º); qualidade do ensino de matemáticas e ciências (122º); qualidade das escolas de gestão (127º); disponibilidade de serviços de formação profissional e instituições de pesquisa (125º); número de pessoal envolvido em formação profissional (111º).

Quando se aborda a eficiência do mercado, que chega a incluir mais de vinte indicadores, o desempenho de Angola não fica por ajustes: quer tratemos da sofisticação só sistema financeiro (119º); das dificuldades para se iniciar um negócio (99º) ou do tempo requerido para se iniciar um negócio (118º) ou mesmo dos custos das políticas agrícolas (101º) - encontramos más referências.

E ao nível da prontidão tecnologia, da sofisticação do ambiente de negócios ou da inovação (aqui vale a pena dizer que ao nível da disponibilidade de engenheiros e cientistas estamos em 127º lugar; dos gastos go-

vernamentais em pesquisa e desenvolvimento em 112º lugar. ..).

#### TUNISIA E ÁFRICA DO SUL

No Relatório sobre a Competitividade em África, 2007, divulgado pelo Fórum Económico Mundial, a Africa do Sul situa-se em 46º. Lugar num conjunto de 128 países avaliados. A posição de Angola em 7005 não foi conhecida, mas a Africa do Sul situou-se em 40º. Lugar entre 117 países.

A Africa do Sul possui sérios problemas em matéria de flexibilidade laboral (126º lugar); custos do crime e violência (166º) e " falta de fiabilidade dos serviços policiais (92º), factores que dificultam a competitividade do país. Apesar de disso a Africa do Sul continua a ser a segunda economia mais competitiva do continente, estando 17 lugares atrás da Tunísia, mas muito a frente do Egipto, Argélia e Nigéria. O nível da África do Sul em matéria de competitividade foi valorizado em grande medida devido aos altos níveis de sofisticação e mareais consideradas próprias dos países ricos cujas economias são alavancadas pela inovação, especialmente relativamente aos direitos de propriedade (23º lugar); ética empresarial (23º); eficiência do mercado financeiro (27º).

O Brasil coloca-se na 67º posição, a Índia na 42º. e a China no 55º lugar.

O relatório do Fórum Económico Mundial destaca o facto da Africa do Sul continuar a ser o gigante da África sub-shariana, respondendo por 1/3 do produto interno bruto da região, ainda que tenha apenas 6% da população.

A Nigéria continua a ser o país mais populoso, esta situada no 102º lugar, sendo esta posição de linterna explicada pela existencia continua de fracas instituições, mas infra-estruturas, sistemas de ensino e saúde.

O Zimbabwe, que ate há poucos anos era considerado como um dos países mais prometedores, caiu para o 1210 lugar, sendo o país considerado como tendo "um dos piores ambientes institucionais", com " completa ausência de respeito pelos directos de propriedade, altos níveis de corrupção".

#### BOM TEMPO PARA NEGÓCIOS, ALTOS CUSTOS PARA OS INVESTIMENTOS

o Relatório sobre a Competitividade em África também aborda o Perfil do Clima de Investimentos por País.

Curioso notar que entre os 10 maiores constrangimentos apresentados pelos empreendedores em Angola figuram por ordem de importância: 1) Acesso a financiamentos ( disponibilidade e custos); 2) Electricidade; 3) Crime, roubos e desordens; 4) Corrupção; 5) Licenciamento e funcionamento de empresas; 6) Transportes; 7) Práticas informais anti-competitivas; 8) Acesso a terra; 9) Impostos e taxas; 10) Instabilidade macroeconómica.

Talvez por isso, encontramos em Cape Town, um participante do Fórum Económico Mundial, de nacionalidade ugandesa e origem asiática, residente em Kampala, com casa em Lisboa e familiares em Luanda, que diz ser o nosso país muito " bom para negócios.

## 1.5 Agricultura está a desenvolver nova tecnologia

*Jornal de Angola...20-06-07*

O Ministério da Agricultura está a desenvolver uma nova tecnologia que permitirá a avaliação das culturas adaptadas a cada zona de produção.

Denominada "Mother Baby", a tecnologia tem como principal objectivo o envolvimento dos camponeses nas fases precoces das mesmas, que permitirá a avaliação e eleição das variedades a que estiverem adaptadas às zonas de cultivo, e posteriormente à fase de produção se sementes.

Segundo o chefe do Programa Nacional de Investigação de Cereais, Fernando Sito, que falava à margem do curso de treinamento de técnicas de maneios "Mother Baby", a referida metodologia vai envolver milhares de camponeses a nível de Angola.

"Esperamos bons resultados a partir de Maio ou Junho de 2008, para que estejamos em condições de obter os primeiros resultados destes ensaios, para que haja de facto uma dinamização da economia através da contribuição agrícola", sublinhou.

Fernando Sito disse, ainda, que a primeira etapa do arranque deste trabalho consiste no treinamento das pessoas que vão implementar estes ensaios nas dezoito províncias do país.

O encontro, que termina hoje, conta com a participação de 47 técnicos agrícolas provenientes das províncias de Malanje, Cabinda, Bengo; Huambo, Huíla, Namibe, Moxico, Kuando Kubango, Benguela, Kwanza-Sul e Norte, que representam o Instituto Agronómico através das estações experimentais.

Depois deste curso, nos próximos meses de Setembro e Outubro os participantes vão ter acesso aos ensaios para serem implementados durante a época agrícola 2007/8.

A designação "MotherBaby" é um novo conceito que surgiu na região da SADC para se fazer a avaliação, observação e verificação de novas tecnologias agrícolas. Ela surgiu há cerca de dez anos e já é um sucesso na Namíbia, Malawi e na Zâmbia.

## 1.6 Colégios deixam de cobrar propinas em dólares face a desvalorização

*Angop...21-06-07*

Os colégios do município do Lobito, província de Benguela, deixaram nos últimos dias, de cobrar as propinas mensais em dólares norte-americano, optando pelo Kwanza, face a valorização da moeda nacional. Fontes de alguns colégios contactados hoje pela Angop, disseram que a cobrança de propinas em dólares estava a provocar desvantagens na compra de certos materiais escolares e de consumo corrente que são efectuados com a moeda nacional.

Assim, a propina que até então custava 100 dólares, passou a ser cobrada a 12 mil Kwanzas, enquanto os que pagavam 70 USD pagam actualmente oito mil Kwanzas.

Segundo alguns encarregados de educação, a alteração dos dólares para o Kwanza está a criar transtornos, pois viam a valorização da moeda nacional como alívio para os seus gastos no pagamento de propinas dos seus educandos, situação que não se verifica porque os gestores estão a fazer um câmbio que não é oficial. Consideraram tal medida desleal e oportunista, visto que, há tempos o dólar americano era tido como a moeda segura e de valor universal e não influenciava na alteração da venda dos produtos no mercado nacional. Os encarregados de educação defendem o aumento e melhoramento de instituições escolares públicas de forma a permitir o cidadão tenha coragem de abandonar, aquilo que chamar política de asfixia dos carentes.

O município do Lobito conta com nove colégios que leccionam do ensino primário ao pré-universitário.

## 1.7 Governo investe cinco milhões de dólares no crédito jovem

*Angop...21-06-07*

O governo de Angola está a investir um total de cinco milhões de dólares num projecto denominado "Crédito Jovem", visando à melhoria das condições de vida da juventude angolana.

Inserido no "Plano Executivo de Apoio à Juventude", concebido pelo Ministério da Juventude e Desportos, em parceria com o Banco de Poupança e Crédito (BPC), o projecto tem como objectivo a valorização social da actividade dos jovens e o fomento do auto-emprego. Esta informação foi prestada hoje (quinta-feira), na cidade de Caxito, pelo ministro da Juventude



e desportos, Marcos Barrica, durante o acto de lançamento oficial do projecto na província do Bengo. Os jovens organizados em grupos ou cooperativas de cinco elementos, cada, poderão, doravante, inscrever-se na direcção local da Juventude e Desportos para beneficiar do mesmo.

A direcção deverá monitorar o estado de organização de cada grupo, antes de submeter os "micro-projectos" ao BPC, que tem a incumbência de financiar os kits de trabalho, a adquirir no mercado nacional. Áreas como agricultura, carpintaria, lavagem de viaturas, engraxadorias e prestação de serviços estão cabimentadas no projecto "Crédito Jovem"..

### 1.8 BDA quer contribuir para a redução da pobreza no país

*Angop..23-06-07*

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) apresentou ontem, em Luanda, a sua estratégia para as operações-piloto no decurso deste ano, cuja principal finalidade é contribuir para a redução do elevado índice de pobreza no país, financiando projectos ligados ao sector produtivo.

A instituição bancária, que tem disponível cerca de 50 milhões de dólares para o sector produtivo, definiu no seu programa de desenvolvimento o cultivo do algodão, milho e feijão. O objectivo é o de aumentar a produção destes cereais de alto valor nutritivo e de baixo custo, com vista a reduzir as importações.

No programa de financiamento a ser prestado pelo BDA constam as províncias do Bengo, Benguela, Bié, Huambo, Huíla e Kwanza-Sul. Para a cadeia produtiva do algodão e da indústria têxtil estão indicadas as cidades do Kwanza-Sul e Malanje e para o milho e feijão as restantes províncias. Ainda assim, o programa prevê uma outra cadeia produtiva para o financiamento, nomeadamente as dos materiais de construção que, numa primeira fase, foram seleccionadas as localidades do Bengo, Benguela, Cabinda e Luanda. Na segunda fase do financiamento serão abrangidas todas as províncias do país. Espera-se do projecto a diminuição do índice de desemprego, promover a ocupação das cadeias produtivas e um padrão de desenvolvimento integrado e sustentável. As operações-piloto têm como objectivo contribuir para a restauração das cadeias produtivas, seleccionadas pelo Governo angolano, criando assim cadeias que integram todos os complexos produtivos. Prevê ainda assistência técnica dos equipamentos, transformação, transportes e comercialização. Durante as operações-piloto, o BDA vai funcionar com três programas, designadamente acção financiadora

imediate, organizativas de preparação ao crédito e acções Institucionais.

Quanto às organizativas de preparação ao crédito, as empresas que ainda não têm o nível de organização mesmo assim poderão ter acesso ao financiamento.

### 1.9 FMI reconhece progresso da economia angolana

*Jornal de Angola...26-06-07*

O Fundo Monetário Internacional retomou, no seu relatório sobre a missão do artigo IV, o que as autoridades angolanas têm vindo a dizer sobre a sua economia: "Ela está bem e vai melhorar". A missão do Fundo que esteve em Angola em 24 de Maio e 6 de Junho, observa que o crescimento desde 2001, tanto no sector petrolífero e extractivo, quanto nas áreas de construção e serviços, é satisfatório. "O crescimento económico real em 2006 foi de 18.6 por cento, em parte devido ao crescimento em mais de dois dígitos, tanto no sector petrolífero, como no sector não petrolífero".

Em resultado destas e de outras nuances, o PIB em 2006 chegou a 16.5 por cento, duas vezes mais do que se registara em 2005. O aumento acelerado das exportações de petróleo e de diamantes em 2006 resultou no dobro das reservas externas, estimadas agora em 8.5 biliões de dólares, o equivalente a cerca de 6 meses de importações de bens e serviços. O relatório agora tornado público é provavelmente o maior reconhecimento internacional recebido por Angola nos últimos anos.(...)

Preocupações relativas à competitividade O FMI, entretanto, manifesta alguma preocupação em relação a três aspectos particulares: aumento da competitividade da economia, desenvolvimento da economia não extractiva e gestão a curto prazo das receitas petrolíferas tendo em vista as questões de natureza fiscal, bem como aquelas ligadas à dívida. O FMI diz que se o OGE de 2007 for implementado na íntegra, poderá resultar num agravamento do saldo primário não petrolífero, ou seja, o balanço da receita e da despesa não petrolífera. Fonte oficial angolana nota a este respeito, por exemplo, que uma comparação dos resultados de 2005 e de 2006 apresenta melhorias significativas, o que acaba por ser uma tendência mais optimista do que aquilo que o FMI reflecte no relatório.

"O Governo está a arrecadar mais receitas não petrolíferas, o que significa que há mais actividade económica e, contrariamente ao que se diz, não andamos a queimar a receita petrolífera, ou seja, chapa ganha, chapa gasta. Há um melhoramento global das finanças públicas".

Em relação à proposta do FMI para a adopção de fundos de estabilização, à semente do que fazem

outros países, as fontes contactadas pela “Voz da América” disseram que Angola, de alguma forma, já está neste caminho. “Nós temos dois fundos, o de reserva do Tesouro Nacional (FRTN), e um Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que foram ambos constituídos com base nas reservas petrolíferas. O FRTN é constituído pelo diferencial do preço do barril de petróleo que temos no orçamento, que é sempre um preço conservador. Este orçamento de 2007, o nosso orçamento, é de 45 e o preço do mercado neste momento está à razão de sessenta e poucos dólares. Esta diferença vai para o FRTN. O outro fundo, o FND, é um fundo constituído com 5 por cento da receita petrolífera. Logo, se isto não se insere no quadro das experiências que o FMI recomenda, relativas à constituição de fundos de poupança derivados de receitas extraordinárias, então, não sabemos o que se insere”. Segundo fonte angolana, a conversa à posteriori entre membros da missão do Artigo IV e representantes do Governo de Angola levou os peritos do FMI a aceitarem a ideia de que Angola há muito que abraçou a política de criação de fundos. Quanto à sugestão do FMI para que Angola elimine restrições que colidem com os artigos XIV, relativos à movimentação, circulação e transferência de fundos, bem como os empecilhos que afectam a aplicação do artigo VIII e inerentes aos compromissos assumidos por altura da adesão de Angola, as autoridades angolanas entendem que alterações desta natureza estão dependentes, em parte, de uma avaliação que deve partir dos juristas do FMI. “Para todos os efeitos, não há investidor nenhum que diga que não conseguiu investir em Angola porque teve restrições em transferir capitais, ou no acesso à divisas”, disse a fonte. Angola e o Fundo estão de acordo no que diz respeito ao seu relacionamento. Conquanto Angola não tenha mudado de posição anunciada em Fevereiro e relativa à execução de um programa com fundos seus, Angola recebeu sem qualquer problema a sugestão do FMI para enviar a Angola uma equipa em Setembro próximo, por altura da preparação do OGE para o próximo ano.

No que toca o pagamento da dívida para com o “Clube de Paris”, o FMI recomenda a negociação de uma solução relativa aos juros de mora, o que, segundo Angola, já está em andamento. “Pagamos os atrasados, temos pendentes os juros de mora. Neste momento estamos a fazer a reconciliação dos dados, e logo que isto termine, vamos propor uma forma de pagamento. Se em relação aos atrasados pagamos de uma assentada, achamos que quanto aos juros de mora não temos que o fazer da mesma maneira”.

## 2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

### 2.1 Mais de 60 por cento de luandenses estão empregados no sector informal

*Jornal de Angola...08-06-07*

Mais de 60 por cento da população, num universo de cerca de quatro milhões de habitantes, residente na província de Luanda, estão empregados no sector informal.

O dado foi avançado ontem, em Luanda, pelo assessor do ministro do Urbanismo e Ambiente, Adérito Mohamed, durante a apresentação do tema "Assentamentos humanos em Angola e os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio", no último dia do Conselho Consultivo Alargado do referido ministério. Segundo Adérito Mohamed, que se baseou num relatório elaborado pelas Nações Unidas em 2006 sobre "O crescimento das cidades e sustentabilidade urbana", mais de 70 por cento da população em Luanda vive nos musseques e sobrevivem de negócios no sector informal. Quanto à crise dos serviços básicos, o responsável adiantou que menos de 50 por cento das residências têm latrinas e 30 por cento de pessoas em Luanda têm acesso à água potável (da torneira ou do chafariz). Enquanto que, 70 por cento compra água não tratada transportada em camiões cisternas e paga entre 15 ou 20 vezes mais. Os residentes dos musseques sobrevivem com menos de sete litros de água por dia. Segundo aquele responsável, o requisito mínimo de emergência por dia são 15 litros. Adérito Mahamed realçou que a luta contra a pobreza é de todos e hoje ninguém é suficientemente dotado para poder, por si só, responder aos desafios de urbanização. "Porque é um trabalho conjunto em que participam o Governo, comunidade e a sociedade civil", referiu. De acordo com Adérito Mohamed, é necessário que se criem mecanismos para que a população possa participar, dando a sua contribuição e dizer que espaços como o Fórum Urbano Nacional, que recentemente o Ministério do Urbanismo e Ambiente lançou, "são de tal maneira pertinentes que vão permitir que as respostas sejam encontradas de forma colectiva". Adérito Mahamed adiantou que para o desenvolvimento os investimentos governamentais devem ser direccionados aos assentamentos precários. "A batalha para atingir os objectivos e Desenvolvimento do Milénio deverá ter lugar nos assentamentos precários, no que se refere redução da pobreza. O governo tem hoje condições para vencer

esta batalha fristou.

### 2.2 Por um prato de comida

*A Capital...09-06-07*

Eles estão aí à vista de todos. Quem frequenta, não importa quais, os mercados informais espalhados por Luanda há-de dar com eles. Têm idades compreendidas entre os 12 aos 18 anos e ganham a vida a lavar louça para as donas de barracas de comes e bebes, só assim conseguem o dinheiro necessário para sobreviver com alguma dignidade.

«o que eu ganho é muito pouco», disse um rapaz franzino, de tronco nu, abordado na praça do embondeiro, um mercado informal a céu aberto instalado no bairro Palanca, no subúrbio de Luanda. O petiz tem, com efeito, razões de que se queixar do que ganha ao fim de um dia de trabalho.

As donas das barracas pagam-lhe 200 kwanzas por dia para lavar a louça e conferir brilho às panelas onde são servidos e cozinhados os manjares de clientes mais abastados que ele. Duzentos kwanzas por dia que, para ele, equivalem a milhões. «Dá para o material escolar e, ainda, sobra para uns calções e umas camisolas para a escola», explicou.

Filipe Gaspar, assim se chama o franzino rapaz que encontramos a lavar louça, tem apenas 13 anos de idade, mas já tem de trabalhar para garantir o seu próprio sustento e, de igual modo, de alguns membros da sua família. Não é o único. Por todo o país, o Governo estima que existam, pelo menos, 26 mil menores na condição de trabalhadores infantis, a terminologia técnica que define miúdos obrigados, pelas circunstâncias da vida, a ganhar o sustento.

No mercado do Embondeiro, no Palanca, eles espalham-se aos montes como são, aliás, expostos os produtos que por ali sustentam a actividade comercial. Cada um tem uma história, uma mais triste que a outra. Mas o denominador comum de, ao menos, todos terem escolhido uma forma digna para ganhar o pão de cada dia. Ainda que esse pão seja um prato de comida depois de muito resto raspado dos pratos e das panelas lavadas.(...) O trabalho dele é lavar louça, mas também acaba por acarretar água e fazer as compras para as cozinheiras. E a vantagem de se estudar um pouco mais e ter domínio da matemática, diz ele.

De resto, o sacrifício é uma constante na vida de João. Vai para a escola durante a manhã. De lá sai para o mercado onde trabalha até à noite. É assim que ganha o sustento para ele e para os seus quatro irmãos.

Tanto Filipe como João são órfãos. O primeiro perdeu o pai muito cedo e passou a viver em casa de uma tia, ela também desprovida de posses materiais. «Ela já tem quatro filhos para alimentar», explica o rapaz que entendeu, a dada altura, que não poderia ele também continuar como um peso para a tia. «Foi assim que

comecei a trabalhar na praça», indica. João perdeu a mãe, mas ainda tem um pai doente e desempregado e mais alguns irmãos que também lutam pela sobrevivência. Por isso é que ele não abdica da formação. «Custe o que custar eu serei um bom arquitecto, revelou.

Outros há, entre quem ganha a vida a acarretar água ou a lavar louça em mercados, que acalentaram os mesmos sonhos de Filipe e João. Mas acabaram por esbarrar na realidade que lhes coarctou, inclusive, a vontade de aprender. E a história de David, de 18 anos de idade, que acabou por constituir família depois de seis anos a trabalhar naquele mesmo mercado.

José, de 17 anos, também encontrado nos congolenses, carrega nos ombros o fardo de ser a única pessoa em casa a ter algo que se pareça com um emprego. O pai está desempregado e doente e, em casa, ainda tem dois irmãos menores. O trabalho é duro, mas, no final do dia, compensa levar sempre para casa um saco de pão para a família. «As vezes o meu pai diz que ele é o filho e eu o pai., contou o jovem para, em seguida, perder-se em lágrimas como faz com o seu pai quando o dia não corre lá muito bem. «Ficamos os dois a chorar a desgraça em que vivemos.

### 2.3 Banco Sol oferece 18 milhões de dólares em microcreditos

*Cruzeiro do Sul...09-06-07*

O fundo de microcrédito do Banco Sol, para o corrente ano, está avaliado em dezoito milhões de dólares norte americanos, disse, recentemente, o responsável de direcção de microfinanças daquela instituição financeira, Gil Benchimol

O fundo está à disposição de todos os cidadãos ,que se situam, economicamente, abaixo e um pouco acima da linha de pobreza, desde que tenham o bilhete de identidade e exerçam uma actividade que gere rendimento.

Os serviços de microfinanças do Banco Sol estão disponíveis nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda, Zaire, Malanje, Benguela, Huambo, Huíla e Bié.

Desde 2001, altura em que o Banco Sol começou a efectuar serviços de microfinanças, Luanda, Benguela, Huambo e Bié têm consumido a maior porção do fundo que a empresa bancária destina, anualmente, ao financiamento de pequenos negócios a título de crédito.

Gil Benchimol justificou esta situação pelo índice populacional das referidas províncias e pelo facto de o Banco estar implantado nelas há alguns, o que torna os seus serviços muito solicitados.

Em todo o país mais de 35 mil clientes beneficiam do

fundo de microcrédito do Banco Sol(..)

### 2.4 «O estado deveria impor regras de conduta aos comerciantes»

*A Capital...16-06-07*

Os empresários descrevem a situação actual de dramática e observam que pouco esforço resta ao Governo para inverter o quadro a breve trecho, por entenderem que apesar de neste momento o fluxo de navios com destino à Luanda ter aumentado em função do clima de paz vigente, não será a curto prazo que o Estado irá ampliar o Porto de Luanda.

Queixam-se de que não podem manter os navios na baía no espaço de 30 dias, por causa do custo da estadia do navio no porto que é de 10 mil dólares.

«A margem que a multiterminais está a dar para que os navios sejam descarregados é de 30 dias. Ou seja, o navio só pode permanecer até 30 dias. Ora 10 vezes 30 vai dar 300 mil dólares. Um custo extremamente alto para qualquer empresário». E como o objectivo de qualquer empresário é o lucro, endossam este mesmo valor ao seu produto que vai chegar ao mercado ao preço que aos olhos do cidadão comum é visto como alto. A alternativa para muitos importadores tem sido os portos da África do Sul de onde os produtos vêm por terra, via Namíbia onde, segundo apuramos, são cobrados 10% por fatura. Entretanto, numa avaliação da situação, o professor universitário e sociólogo, Paulo de Carvalho, afirmou que quando há depreciação da moeda, o normal é os preços serem ajustados em função dessa depreciação e, neste caso, perdem os consumidores, cujos salários não são ajustados em função dessa mesma depreciação da moeda.

«Foi assim durante muitos anos entre nós, com perdas maiores para o consumidor nos momentos de grande depreciação do kwanza. Nesses momentos, a taxa de câmbio utilizada penaliza ainda mais o consumidor, que assume sozinho o risco de eventual descida súbita de valor da moeda», observou, acrescentando que quando acontece o contrário, era também de esperar que a valorização da moeda ocasionasse baixa generalizada de preços. «Contudo, não é isso que acontece».

«Tal como sucede em alturas de depreciação, também no caso de valorização quem perde é o consumidor.

Os prestadores de serviços passam a utilizar o argumento segundo o qual os preços estão fixados em kwanzas, razão pela qual eles devem manter-se estáveis», ilustrou o sociólogo para quem, em caso de reduzida valorização, até se admitiria estabilidade de preços em relação a alguns produtos básicos «mas só em caso de reduzida valorização do kwanza e nunca em caso de forte valorização, como sucedeu recentemente (em cerca de 7%)»

Paulo de Carvalho destaca ainda que em nenhum dos casos se pode admitir, por exemplo, que «preços como os dos bilhetes de passagem aérea e dos derivados de petróleo (cujos preços por cá são fixados em dólares americanos) se mantenham inalteráveis em kwanzas».

«Portanto, o que acontece é que os prestadores de serviços continuam a lucrar em demasia, sempre em prejuízo do consumidor», constatou. Como solução o académico defende a ideia segundo a qual deve haver algum controlo estatal, num processo como este, de liberalização económica.

«Em Angola, a economia não está ainda liberalizada. Por isso, o Estado deveria intervir, impondo regras de conduta por parte de comerciantes e outros prestadores de serviços e em benefício do consumidor», atesta, observando que a Polícia Económica deveria sancionar quantos não cumprissem tais regras de conduta.

«Há já alguns anos me bato por isso, mas os competentes órgãos do Estado continuam sem agir. Enquanto isso se mantiver, perdem a economia nacional e a economia familiar», concluiu, Paulo de Carvalho.

## 2.5 Sobre micro-crédito em Benguela

*Cruzeiros do Sul...16-06-07*

A ADRA, BP e o Banco Sol organizam nos dias 21 e 22 este mes um encontro sobre os resultados do projecto de micro-crédito rural.

O objectivo é analisar e reflectir sobre o impacto do projecto de micro-crédito Greater Plutónio junto das famílias beneficiadas das províncias de Benguela e do Huambo bem como partilhar experiências com outros actores envolvidos em acções de microcrédito.

Perto de 64 agentes vão analisar o quadro legal e institucional sobre a temática de micro-crédito em Angola. De acordo com uma fonte da organização, várias organizações governamentais e não-governamentais que operam em acções do género querem avaliar os níveis da minimização da pobreza no seio das famílias com incidência para os municípios de Benguela, Cubal e Ganda e as políticas de retorno.

Refira-se que desde Setembro de 2005 foi firmada uma parceria entre a Adra, Acção para o desenvolvimento rural e ambiente, a empresa petrolífera BP, British Petroleum e o Banco Sol para potenciar os camponeses, professores e enfermeiros que trabalham em áreas rurais.

## 2.6 Vendedores do mercado municipal podem ficar sem emprego

*Folha8..16-06-07*

O desalojamento dos vendedores do mercado municipal de Benguela, está a gerar um incontornável descontentamento no seio dos lesados e dos autóctones em geral, que se viram despojados da sua única fonte de sobrevivência.

As autoridades administrativas da cidade de Benguela, nem se quer se deram ao mínimo cuidado como recomendam as regras do bom senso, de comunicar atempadamente os "infelizes" e, no que era curial para quem se preze por normas correctas e de boa educação, em criar as condições alternativas antes do seu "desalojamento". São mais de cinco centenas de agentes comerciais, quase todos com as suas obrigações fiscais em dia e que foram compulsivamente postos no "olho da rua", por um exército policial formado por mais de 100 homens, armados com os mais sofisticados meios, fazendo-os lembrar aos tempos da guerra difusa que o país viveu.

A nuvem de desconforto pode atingir contornos incalculáveis a fazer fé nos depoimentos de alguns lesados, que acusam a Administração liderada por Manuel Francisco de ter agido de má fé.

Uns vão mais longe, qualificando o administrador de "incompetente, brutal" e desprovido dos bons costumes conforme a educação africana deixada pelos nossos antepassados. O Governo através do "mal amado" e empático Manuel Francisco, veio a público anunciar, que o desalojamento dos vendedores do mercado Heróis de Moncada, tem a ver com um plano de requalificação que o mesmo vai ser alvo.

Outras vezes vão mais longe e dizem de "boca cheia" que este será mais um conturbado processo de privatização com adjudicação directa, a mais uma mole da chamada nova "elite de ricos de Angola", com as impressões digitais dos mais altos mandatários da província, macomunados com as esferas cintilantes da "nomenclatura" política do País.

Nas terras das Acácias Rubras teme-se que com este processo e, com as figuras nelas envolvidas, venha a ser uma autêntica fotocópia do "caso Kinaxixe" em Luanda. Depois de "escorraçados" e sem fontes alternativas, os ex-vendedores do mercado municipal de Benguela, entre jovens, homens e mulheres têm em carteira a realização de uma manifestação pacífica, para repudiar esta prática que amiúde vem sendo adoptado por alguns "gananciosos" que (des)governam Benguela e o país em geral.

F8 apurou de boa fonte, que o mercado Heróis de

Moncada terá sido privatizado por uma empresa de nome PROPE, ligada a promoção e gestão de mercados municipais.

As obras para a sua reabilitação estão avaliadas em mais de 3 milhões de dólares e estarão a cargo da EDIFER-ANGOLA e no final, poderá apresentar uma estrutura com três pisos, situada bem no coração da cidade, na perspectiva dos novos donos, contando com novas lojas, salas de jogos, salas de cinema e restaurantes, estando a sua inauguração prevista, para Dezembro deste ano.

## 2.7 Credito

*Agora...16-06-07*

O Banco Sol recebe por dia cerca de 50 pedidos de microcrédito. O responsável por este serviço no Banco, Gil Benchimol, revelou que o ano passado a instituição disponibilizou cerca de 12 milhões de dólares. Para este ano prevê-se atingir 18 milhões de dólares. De Janeiro a Maio o crédito, da sua própria carteira, atingiu já cerca de 7 milhões de dólares. Por sua vez, o BPC disponibilizou 5 milhões de dólares, 50% dos quais concedidos em Luanda. O Banco Sol e o BPC receberam do Governo, em 2005, 10 milhões de dólares para pessoas abaixo da linha de pobreza que, por esse motivo, não podem negociar com os bancos comerciais.

## 2.8 Vendedores do Mercado Municipal podem ficar sem empregos

*Folha8...16-06-07*

O desalojamento dos vendedores do mercado municipal de Benguela, está a gerar um incontornável descontentamento no seio dos lesados e dos autóctones em geral, que se viram despojados da sua única fonte de sobrevivência.

As autoridades administrativas da cidade de Benguela, nem se quer se deram ao mínimo cuidado como recomendam as regras do bom senso, de comunicar atempadamente os "infelizes" e, no que era curial para quem se preze por normas correctas e de boa educação, em criar as condições alternativas antes do seu "desalojamento". São mais de cinco centenas de agentes comerciais, quase todos com as suas obrigações fiscais em dia e que foram compulsivamente postos no "olho da rua", por um exército policial formado por mais de 100 homens, armados com os mais sofisticados meios, fazendo-os lembrar aos tempos da guerra difusa que o país viveu.

A nuvem de desconforto pode atingir contornos incalculáveis a fazer fê nos depoimentos de alguns

lesados, que acusam a Administração liderada por Manuel Francisco de ter agido de má fé.

Uns vão mais longe, qualificando o administrador de "incompetente, brutal" e desprovido dos bons costumes conforme a educação africana deixada pelos nossos antepassados. O Governo através do "mal amado" e empático Manuel Francisco, veio a público anunciar, que o desalojamento dos vendedores do mercado Heróis de Moncada, tem a ver com um plano de requalificação que o mesmo vai ser alvo.

Outras vezes vão mais longe e dizem de "boca cheia" que este será mais um conturbado processo de privatização com adjudicação direta, a mais uma mole da chamada nova "elite de ricos de Angola", com as impressões digitais dos mais altos mandatários da província, macomunados com as esferas cintilantes da "nomenclatura" política do País.

Nas terras das Acácias Rubras teme-se que com este processo e, com as figuras nelas envolvidas, venha a ser uma autêntica fotocópia do "caso Kinaxixe" em Luanda. Depois de "escorraçados" e sem fontes alternativas, os ex-vendedores do mercado municipal de Benguela, entre jovens, homens e mulheres têm em carteira a realização de uma manifestação pacífica, para repudiar esta prática que amiúde vem sendo adoptado por alguns "gananciosos" que (des)governam Benguela e o país em geral.

F8 apu,rou de boa fonte, que o mercado Heróis de Moncada terá sido privatizado por uma empresa de nome PROPE, ligada a promoção e gestão de mercados municipais.

As obras para a sua reabilitação estão avaliadas em mais de 3 milhões de dólares e estarão a cargo da EDIFER-ANGOLA e no final, poderá apresentar uma estrutura com três pisos, situada bem no coração da cidade, na perspectiva dos novos donos, contando com novas lojas, salas de jogos, salas de cinema e restaurantes, estando a sua inauguração prevista, para Dezembro deste ano.

## 2.9 Micro-crédito já aplicou cerca de 18 mil dólares

*Jornal de Angola...23-06-07*

Mais de 18 mil dólares foram já aplicados pelo programa de micro-crédito, segundo o presidente da Comissão Executiva do Banco Sol, Coutinho Miguel.

Os responsáveis pela execução do programa de micro-crédito continuam a estruturar as principais linhas, para que o projecto beneficie o maior número de pessoas carentes, assegurou.

Importa realçar que, desde o início da implementação do micro-crédito pelas instituições bancárias no país, muitas famílias conseguiram sair do estado de pobreza



extrema, disse o interlocutor. "Em Benguela, este facto está bem patente. É visível a melhoria das condições de vida das populações em muitos lugares, onde os encarregados de educação já conseguem dar uma vida condigna às suas famílias".

Além do Lobito e Baía Farta, as acções vão estender-se para outros municípios, como aconteceu há bem pouco tempo com o Cubal e Ganda, onde estão a ser abertos balcões de alguns bancos, que granjearam já credibilidade no país. Para avaliar o processo em curso, bem como adoptar outras medidas que visem estimulá-lo junto das comunidades, para o combate à fome, foi agendada a realização de um Workshop sobre micro-crédito rural na cidade de Benguela.

De referir que a ministra, da Família e Promoção da Mulher, Cândida Celeste, avaliou recentemente o estado de implementação do projecto, no município do Cubal.

## 2.10 As micro-finanças

*Jornal de Angola...25-06-07*

A institucionalização das micro-finanças em Angola esteve em debate, recentemente, numa conferência nacional realizada em Luanda, o que não deixa de ser oportuno, numa altura em que se quer relançar a actividade produtiva em sectores como a agricultura e a agro-pecuária.

Experientes gestores bancários que operam há muitos anos no mercado financeiro angolano acreditam que as micro-finanças poderão contribuir grandemente para ajudar as famílias de baixa renda e pequenas empresas, a potenciar, particularmente, actividades ao nível da agricultura, pecuária e pescas.

Em muitos países existem serviços de micro-finanças que atendem aquelas pessoas que são realmente pobres e que não possuem condições de garantia para obtenção de créditos por via do sistema clássico bancário. Existem já no mundo experiências positivas que podem ser estudadas pelas

autoridades angolanas no sentido de se retirar delas o que pode ser adaptado à realidade de Angola.

Embora tenhamos já operadores bancários a enveredar pela concessão de micro-créditos, é opinião generalizada de que este negócio se deveria estender a outras instituições, que não só as financeiras, tais como as organizações não governamentais, que geralmente têm um contacto estreito com as comunidades.

Será, pois, necessário que se crie um quadro jurídico que regule a actividade de micro-finanças, com a discriminação dos operadores que a devem realizar, para que haja ordem e não se perturbe o sistema financeiro angolano.

Que o legislador ordinário tome nota dos sinais que são

dados pela sociedade, quanto à necessidade de se regular a actividade de micro-finanças, e produza legislação que vá ao encontro das políticas de combate à pobreza, assunto que está no centro das preocupações do Governo.

# 3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

## 3.1 Ministério da Administração do Território pede aplicação da reforma administrativa

*Jornal de Angola...02-06-07*

O Vice-ministro da Administração do Território, Mota Liz, apelou aos governadores e administradores municipais e comunais para aplicarem com rigor as orientações transmitidas durante o I Seminário Regional de Capacitação de Gestores Públicos, encerrado quinta-feira no Luena.

O apelo foi feito no final dos dois dias de seminário, que contou com a participação dos gestores das províncias do Moxico e das Lundas Norte e Sul. Os participantes discutiram o modelo de funcionamento da administração local do Estado no quadro da nova realidade nacional.

O comunicad~ saído do encontro refere que a descentralização administrativa, à luz das reformas consignadas no Decreto-lei 2/07, de 3 de Janeiro, consagra uma maior autonomia funcional aos órgãos de administração municipal e comunal do Estado. No contexto da reforma, o Governo aprovou igualmente o estatuto do administrador municipal e comunal e orientou a reformulação dos conselhos de auscultação e concertação social, que asseguram uma maior participação da 'sociedade civil na discussão e gestão da vida das populações.

O seminário recomendou aos governos provinciais e administrações municipais e comunais que apresentem no prazo de 60 dias os seus estatutos orgânicos, em função do grau de desenvolvimento económico e social de cada administração, para que as despesas sejam reflectidas no OGE de 2008.

Os 160 participantes recomendaram a formação e superação técnico-profissional dos quadros administrativos e a elevação da qualidade dos serviços prestados.

## 3.2 Municípios vão ter orçamento próprio a partir do próximo ano

*Jornal de Angola...13-06-07*

As administrações municipais poderão beneficiar, a partir do próximo ano, de dotações orçamentais para implementarem os seus próprios programas e projectos, no quadro das inovações introduzidas pela nova orgânica dos governos provinciais, aprovada pelo decreto-lei nº2/07, de 3 de Janeiro.

Para explicar essas inovações, o Ministério da Administração do Território tem vindo a promover seminários de capacitação sobre a organização administrativa, com a participação de governadores, vice-governadores, administradores municipais e comunais e directores provinciais.

Segundo o, director dos Recursos Humanos do Ministério da Administração do Território, Jaime Pinto, com a realização desses seminários, "há grandes probabilidades de, a partir do próximo ano, os municípios beneficiarem de dotações orçamentais, com vista a implementarem os seus programas e projectos".

Jaime Pinto assegurou que uma das grandes inovações do decreto-lei 2/2007 "é precisamente a atribuição às administrações municipais de dotações orçamentais". Nessa perspectiva, disse, "as administrações municipais e comunais passam a ser unidades orçamentais e consequentemente habilitam-se a gerir o orçamento disponibilizado pelo Estado",

"Anteriormente, as administrações municipais e comunais estavam dependentes dos governos provinciais. Agora, o Governo central achou por bem que devem começar a desconcentrar as finanças para as administrações municipais, no sentido de elas próprias fazerem os seus projectos de desenvolvimento, para responderem com eficiência às preocupações das populações", explicou. Segundo Jaime Pinto, os seminários em curso visam concertar com os governos provinciais a forma de execução do novo decreto-lei nº 2/2007, que veio revogar um outro decreto-lei que tratava da Orgânica dos governos provinciais, administrações municipais e comunais, que é o decreto-lei nº 17/99.

Acrescentou que com o novo decreto-lei nº 2/2007, o Governo central transferiu algumas das suas competências para os governos provinciais, administrações municipais e comunais. O jurista ao serviço da Administração do Território recordou que o decreto-lei nº 17/99 referia que os governos provinciais e as administrações' municipais e comunais tinham tarefas apenas de preparar as decisões e executá-las. Porém, com a entrada em vigor do decreto-lei nº 2/2007, os governos provinciais e locais passaram a ter poderes decisório. O último seminário sobre a matéria foi realizado sexta e sábado em Caxito, com a participação de 200 convidados, entre governadores, vice-governadores, delegados e directores provinciais, administradores municipais e comunais e seus adjuntos. O encontro constatou que a falta de planos directores nas províncias do Bengo e Luanda tem contribuído bastante para o crescimento desordenado das suas vilas e cidades. O comunicado final refere ainda que no domínio do planeamento e desenvolvimento do território foram discutidas com relevância questões relacionadas com as normas da sua elaboração.

Considera igualmente "uma necessidade urgente" a elaboração de Estatutos Orgânicos dos Governos Provinciais, Administrações municipais e comunais, na base do decreto-lei nº2/07, de 3 de Janeiro, que estabelece o funcionamento destes órgãos públicos. O seminário, que centrou as suas discussões à volta da organização e funcionamento da administração local, reiterou a necessidade de realização de um encontro nacional sobre "gestão de recursos humanos na administração local".

Quanto ao regime financeiro, o comunicado refere que foram transmitidas indicações sobre os procedimentos para a elaboração de propostas de orçamento e programação financeira municipal, tendo em atenção os diplomas que regem a execução do Orçamento Geral do Estado e as formas de arrecadação de receitas locais.

### 3.3 Atribuição de dotações orçamentais aos municípios

*Jornal de Angola...18-06-07*

As administrações municipais poderão beneficiar, a partir do próximo ano, de dotações orçamentais para implementarem os seus próprios programas e projectos. Questão: o que acha da atribuição de verbas às administrações municipais para executarem os seus próprios projectos?



Estêvão João, funcionário público

Em minha opinião, a atribuição de verbas aos municípios para estes implementarem os seus próprios projectos é uma forma de se sair das situações degradantes em que se encontram diversos municípios da nossa urbe.



Eugénia da Luz, funcionária pública

Sou de opinião que a atribuição de dotações orçamentais aos municípios é uma aposta que pode revolucionar ou mudar a imagem dos nossos municípios. Mas não basta haver dinheiro. É preciso que os gestores desses fundos tenham competência.



Arlindo Gomes, funcionário público

Penso que esta será uma ótima medida. É necessário dar um voto de confiança aos administradores municipais, pois eles podem operar mudanças a vários níveis na cidade de Luanda e no país inteiro. É uma excelente medida. Espero que ela seja implementada.



João Fernando, pedreiro

Os problemas relacionados com o desarranjo de algumas das nossas cidades devem-se, fundamentalmente, à falta de autonomia financeira dos municípios. Creio que com esta medida as coisas vão conhecer mudanças significativas.



Maria Gavião, estudante universitária

Penso que a descaracterização urbana que grassa nas nossas cidades deve-se em certa medida à ausência de medidas desta índole. Uma medida desta dimensão revolucionária, provoca mudanças. É uma boa medida, pois vai realmente mudar os nossos municípios.



Domingas Anastácio, estudante universitária

E preciso desconcentrar um pouco mais as coisas. E penso que esta é uma boa maneira de desconcentração, pois ao conferir-se uma certa autonomia financeira aos municípios, está-se-lhes a dar a possibilidade de implementarem projectos que visam a melhoria das condições de vida das populações.



Frederico Dias, funcionário público

Esta é uma via pela qual se podem implementar projectos de grande envergadura em diversos municípios. A atribuição de verbas para cada município desenvolver

os seus próprios projectos devia ser feita há muito tempo, o que evitaria que, por exemplo, Luanda tivesse os problemas que tem.



Ana Abreu, doméstica

Luanda só tem os problemas que tem porque os municípios dependem financeiramente do centro de decisões. Se se atribuírem verbas aos municípios para estes fazerem a sua gestão, é provável que muita coisa venha a melhorar.

### 3.4 Governador pede reforço de parceria com as comunidades

*Jornal de Angola...20-06-07*

O governador de Luanda, recomendou o reforço da parceria entre as administrações municipais e comunais com as organizações comunitárias, com vista a serem encontradas soluções consensuais para os problemas das populações.

Esta recomendação foi feita segunda-feira durante o encontro com os administradores municipais e comunais. Para Job Capapinha, as administrações devem reforçar a parceria com as organizações locais na busca de soluções para os problemas que se apresentarem, com espírito de iniciativa, ao invés de cruzarem os braços e esperarem apenas as "orientações supetiores".

"Cada um deve conceber o seu programa de acção sustentável e adaptá-lo a cada momento", realçou o governador, manifestando-se crítico face ao espírito de passividade dos responsáveis e até mesmo de funcionários das administrações locais.

Considerou inadmissível a transformação de passeios em mercados, onde, muitas vezes, os membros das administrações fazem também as suas compras, agindo à margem das normas superiores do Estado.

Job Capapinha aconselhou os funcionários do governo da província, das administrações municipais e comunais, a adoptarem uma atitude que se identifique com o esforço de fazer Luanda um lugar bom para se viver.

Solicitou, por outro lado, mais atenção e rapidez por parte dos responsáveis das administrações comunais, principalmente nas zonas periféricas, onde a situação do saneamento básico é crítico.

### 3.5 Reforma fiscal vai aumentar recitas publicas do estado

*Angop...21-06-07*

As reformas da justiça tributária em curso desde 2006 em Angola vão permitir o aumento das receitas públicas do Estado e contribuir para a melhoria do estado organizativo das empresas e da prossecução dos princípios da legalidade e generalidade, declarou hoje (quinta-feira), em Luanda, o ministro das Finanças, José Pedro de Morais.

Ao discursar no encerramento do seminário sobre "A Reforma da Justiça Tributária", promovido pelo Ministério da Justiça, o governante disse tratar-se de uma das reformas estruturais de maior alcance da política económica de Angola, pretendendo desenvolvê-la de modo prudente e faseada, para poder ser interiorizada pelos contribuintes e pela administração. Segundo José Pedro de Morais, uma parte substancial desta reforma não será de grande visibilidade pública por se tratar da reforma da própria administração tributária, já feita com a reestruturação do funcionamento das Alfândegas e da legislação aduaneira". Acrescentou que a actual reforma foi feita também com a criação da Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes e a criação de melhores condições de infra-estruturas e equipamentos num número significativo de repartições fiscais no país. "Mas essa reforma é condição de todas as outras. Sem uma administração tributária modernizada, organizacionalmente menos rígida, dotada de técnicos preparados para os desafios do futuro, não poderá haver verdadeiras reformas fiscais", salientou. Avançou ainda que estão em preparação as linhas gerais que orientarão a reforma fiscal nos próximos seis anos e que as mesmas vão procurar compatibilizar, os tradicionais objectivos financeiros, de alargamento de base tributária com os extra-fiscais de simplicidade, justiça social e competitividade. No seu discurso, Pedro de Morais sugeriu que a formação profissional de magistrados e funcionários tenha as vertentes do processo e de procedimento. De igual modo, disse, a aplicação das regras do processamento pela administração deverá ter em consideração as orientações da jurisprudência para evitar litígios inúteis. A reforma da justiça tributária em curso no país está a ser conduzida pelo Comité da Reforma Fiscal recentemente empossado. O evento, aberto quarta-feira, abordou, entre outros, os seguintes temas: "O sistema de justiça fiscal em Angola no período pós-independência- O procedimento administrativo,

Procedimento administrativo, Tributário em Angola, O sistema de justiça aduaneira no país e As garantias dos contribuintes no quadro da e relação tributária em Angola.

### 3.6 Encontro regional debate questões sobre organização e funcionamento do poder estatal

*Angop...22-06-07*

O Encontro Regional sobre a Orgânica e Funcionamento da administração local, que decorre desde quinta-feira na província de Malanje, aborda, entre outros aspectos, o novo quadro das atribuições e competências dos órgãos do Estado.

O regime jurídico da organização e funcionamento dos governos provinciais, das administrações municipais e comunais também estão a ser abordados neste encontro, em que participa o governador da província do Kwanza Norte, Henrique André Júnior.

O mesmo é orientado por especialistas do Ministério da Administração do Território, promotor do evento. A apresentação das linhas de força do decreto-lei número 2/07, relativo à desconcentração dos órgãos da administração do Estado e suas competências genéricas, bem como as metodologias para a elaboração dos estatutos orgânicos e regimentos, constam da agenda.

O primeiro painel centrou-se no debate de textos sobre serviços municipalizados: entre a opção descentralizante da gestão urbana e terceirização, parceria público-privadas e contratos-programa, assim como estatutos do administrador municipal. Durante o seminário, o governador Henrique André Júnior disse que todos os servidores públicos devem conhecer as novas disposições legais que regem o funcionamento das instituições do Estado, de modo a prestarem um melhor serviço aos destinatários da actividade administrativa.

O encontro, em que participam cerca de 300 representantes das províncias de Malanje, Kwanza Norte, Zaire e Uíge, está subdividido em quatro painéis, relacionados com a Gestão dos Recursos Humanos da Administração Local, Planeamento e Desenvolvimento Territorial e Regime Financeiros Local. O mesmo encerra dia 22 do corrente mês.

### 3.7 Aumento de subsídio melhora condições sociais das autoridades Tradicionais

*Angop...24-06-07*

O secretário das autoridades tradicionais do município da Caála, Márcio Kavaluamento, afirmou hoje nessa localidade da província do Huambo, que as condições

de vida desses responsáveis melhoraram significativamente durante os dois últimos anos, como consequência do aumento dos seus subsídios.

De acordo com o Márcio Kavaluamento, um total de 390 autoridades tradicionais, entre rei, sobas, seculos e ajudantes dos sobas, beneficiou do acréscimo feito pelo governo central em 2005, tendo a maioria destes investido em meios de transporte como motorizadas e bicicletas, assim como na construção de casas. Enquanto isso, disse o responsável, outros conseguiram aumentar os níveis de produção agrícola, fruto da aquisição de novos materiais, com destaque para charruas e gados para tração animal. Sem precisar o subsídio auferido anteriormente, a fonte informou estarem a receber alguns sobas, actualmente, um valor mensal de 14 mil kwanzas e outros sete mil como quantia mínima.

Segundo avançou o secretário, em declarações à Angop, de Janeiro a Abril do ano em curso, foram gastos 17 milhões 823 mil e 334 kwanzas, no pagamento dos subsídios dos sobas, seculos e ajudantes dos sobas, ao passo que em 2006, gastou-se 53 milhões 470 mil e três kwanzas, no pagamento dos subsídios das 390 autoridades tradicionais dessa municipalidade.

### 3.8 Governador defende relançamento de brigadas comunitarias

*Jornal de Angola...24-06-07*

O governador da província de Luanda, Job Castelo Capapinha, defendeu sexta-feira, no município do Sambizanga, o relançamento de brigadas comunitárias, para fiscalizar a atitude dos munícipes, e o agravamento na aplicação das multas por transgressões às normas administrativas.

Job Capapinha falava num encontro com o administrador municipal, Mateus António da Costa, directores provinciais e membros de associações locais. Para o governador de Luanda, deve-se repensar, à semelhança do que existia no tempo colonial, no agente comunitário que passa pelos quintais e ruas para ver como se acondiciona, por exemplo, o lixo e a água suja e outros resíduos resultantes da vivência. De acordo com Job Capapinha, para o êxito da prestação dos agentes, que podiam chamar-se comunitários ou tie saúde, deverão ser agravadas as multas, com vista a inibir os cidadão a cometerem tais transgressões.

Para o governador de Luanda, o relançamento das brigadas de saúde ou comunitárias só terão sentido se as multas que resultarem da violação das normas administrativas tiverem qualquer impacto na vida dos munícipes.

O gabinete jurídico do governo da província deve trabalhar para a apresentação de um novo quadro jurídico, que agrave "valor das multas, para que a actividade das brigadas tenha sentido efectivo e desencoraje transgressões anormais

### 3.9 Parlamentares avaliam execução do OGE na Huíla

*Jornal de Angola...22-06-07*

Uma delegação parlamentar integrada por deputados das comissões dos Assuntos Constitucionais, Jurídicos, Regimento e Mandatos, de Administração e Poder Local e de Economia e Finanças da Assembleia Nacional está desde ontem na cidade do Lubango (Huíla), para uma visita de trabalho de oito dias.

Segundo o secretário do núcleo provincial de apoio à Assembleia Nacional, Melquíades Abel de Kerlan, a delegação reúne-se com o "Executivo" de Ramos da Cruz para abordar a execução do Orçamento Geral do Estado referente ao presente ano.

Faz ainda parte da agenda de trabalho a análise do estado de aplicação das principais leis, a nível dos sectores da província. De acordo com o programa, os membros da comissão dos assuntos constitucionais e Jurídicos, Regimento e Mandatos visitarão a Procuradoria Provincial da República, Tribunal e Delegação da Justiça, ao que se seguirá um encontro com os magistrados judiciais e do Ministério Público, civis e militares.

Por seu lado, a Comissão de Economia e Finanças manterá encontros com responsáveis das Finanças e Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, ao passo que a Comissão de Administração e Poder Local visitará a Administração municipal do Lubango, e os Serviços de Gestão e Desenvolvimento Urbano, para de seguida reunir-se com os seus responsáveis.

Os deputados das três comissões, refere o documento, vão também manter encontros com os trabalhadores dos Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes e do Ministério da Saúde, bem como a Comissão Executiva Provincial para o Processo Eleitoral e visitar postos de registo eleitoral do município do Lubango.



# 4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

## 4.1 Um quarto dos Luandenses não irá às urnas

*Semanário Angolense...09-06-07*

Nesta sondagem Consulteste-Semanário Angolense foi abordada a intenção de voto dos habitantes adultos da cidade de Luanda. Não era intenção fazer uma pesquisa eleitoral, mas verificar somente em eleições legislativas, que percentagem de luandenses declara predisposição para:

- a) abstenção;
- b) voto no MPLA (partido político que governa o país);
- c) voto em qualquer partido político que se encontre actualmente na oposição.

Quando se diz não ser intenção fazer uma pesquisa eleitoral, quer-se dizer que não se pretendia saber exactamente em que partidos políticos existe neste momento intenção de votar - para o que seria necessário utilizar um método de recolha de dados bastante mais dispendioso. No que respeita a partidos políticos, somente se considerou o MPLA, quer por ser o partido político que venceu em Luanda as eleições legislativas de 1992, quer por se tratar do partido político que governa Angola.

A este respeito, a principal conclusão da sondagem dá conta que se as eleições legislativas fossem realizadas neste momento, apenas 75,9% dos luandenses adultos estariam na disposição de votar, enquanto 22,9% optariam pela abstenção. Apenas 1,2% dos respondentes preferiram não emitir qualquer opinião.

São estes os resultados da sondagem, no que respeita à abstenção eleitoral na cidade de Luanda. Considerando que estamos a trabalhar com uma margem de erro amostral da ordem dos 4,5%, a generalização destes resultados obtidos numa amostra representativa dos adultos de Luanda é a seguinte: se as eleições legislativas fossem realizadas neste momento, teríamos uma taxa de abstenção entre 18,4% e 27,4%.

Tendo em conta que nas eleições legislativas de 1992 a taxa de abstenção foi de 6,7% e a abstenção nas urnas foi de 4,4% (o que perfaz um total de 11,1 %), a conclusão é de se estimar neste momento um aumento da taxa geral de abstenção para mais do dobro do registado em 1992. (...)

As variáveis que diferenciam significativamente a opção pela abstenção são (por ordem de importância) o grau de instrução, o volume de rendimentos e a idade. O gráfico 1 demonstra que quem em maior grau opta neste momento pela abstenção são pessoas com

instrução acima da 8ª classe, pessoas que vivem em famílias com rendimento acima da média e pessoas com idade abaixo dos 30 anos.

Prova disso é que se considerarmos somente o grupo de respondentes com idade abaixo dos 30 anos e rendimento e instrução acima da média, a taxa de abstenção atinge 62,5%.

Quer em bairros urbanos, quer em subúrbios, mantêm-se as relações acabadas de apresentar.

## 4.2 Angolanos de primeira podem, votar os de segunda não

*Folha8...09-06-07*

O Governo de Angola em reunião de Conselho de Ministros, com a presença do Presidente da República, decidiu no alto das suas competências, não autorizar os angolanos na Diáspora votarem ao não permitir que estes se recenseiem por, segundo o ministro da Administração do Território e coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Vtrgílio Fontes Pereira, haver dificuldades de operacionalidade técnica e logística para um correcto(?) recenseamento na Diáspora.

Antes esta desculpa do que aquela que alguns evocavam, a da dificuldade de comprovar a angolanidade dos eleitores. A mesma dificuldade, ou talvez muito maior, que aquela que o Governo angolano teve e terá com os refugiados e exilados provenientes dos países limítrofes. Sabe-se que de entre eles têm entrado no País indivíduos que nunca foram ou tiveram qualquer ligação a Angola. Se não nos podemos recensear, e sabendo, segundo as nossas informações e como prevê a lei, que haverá representantes da Diáspora com assento na Assembleia Nacional - três deputados, distribuídos por dois círculos, de África e do Resto do Mundo - como serão eleitos?

Vão sortear entre os partidos mais votados nas legislativas?

Será que a CNE e os seus representantes se vão reunir à volta de uma mesa de poker e de umas quantas e fresquinhas cucas e jogar uma partida de dados cujas faces serão as chipalas dos eventuais candidatos pela Diáspora?

Vamos ser sérios e intelectualmente honestos!

Se não podemos votar também não podemos ser eleitos. E se não vamos poder ser eleitos como poderemos ver as nossas reivindicações e anseias tratados, devidamente tratados, nos areópagos da Nação?

As Embaixadas e os Consulados podem ajudar. Mas existem questões que os ultrapassam e só um deputado representante dos emigrantes os poderá representar devidamente nos locais próprios. Pensamos que ainda

vão a tempo de alterar esta medida. Até porque como prevê Justino Pinto de Andrade as eleições não deverão ocorrer quando estavam previstas mas mais tarde. Pelo menos o recenseamento em Angola já foi prorrogado. Agora no meio desta confusão política, não se compreende é a surpresa da UNITA face à medida governativa, quando esta, juntamente com o MPLA e, agora, com o Fórum Cabindense para o Diálogo (FCD), faz parte do Governo de Unidade e Reconstrução Nacional, o GURN. Se não concorda nem é achada nas medidas governativas só terá um caminho a fazer.

### 4.3 A dor de cabeça de Virgílio Fontes Pereira

*Angolense...16-06-07*

Arrancou ontem, 15,06, o período de registo eleitoral recomendado pela Comissão Nacional Eleitoral e que a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral e os seus parceiros acolheram favoravelmente. Registrar mais 3 milhões de eleitores em três meses é o desafio que Virgílio Fontes Pereira e sua equipa têm pela frente.

Na sua deslocação a província de Cabinda, o ministro constatou a evolução do processo, e consertou ideias e informações, tendentes a uma perspectiva concreta dos passos a serem dados em relação ao período de prolongamento do registo. O reforço da logística e as zonas prioritárias, o interior de Cabinda são o que mais o preocupam, tudo porque as populações trocam constantemente de áreas de residência, o que dificulta o trabalho dos brigadistas. Apesar de todas as dificuldades que se constatam em vários pontos do país, ainda assim o Coordenador da CIPE pensa que o processo está no bom.

Quanto a província de Cabinda, Fontes Pereira mostrou-se satisfeito pelos resultados alcançados até a presente data, realçando ser um exemplo de execução do registo eleitoral. Disse que a maior parte da actividade das brigadas no interior da província está praticamente resolvida.

O encontro entre o Coordenador da CIPE e os responsáveis de Cabinda abordou também as questões relacionadas à logística, acesso aos postos de registo e à mobilização de cidadãos para a campanha.

De resto, o processo de registo eleitoral tem constituído uma dor de cabeça para o dirigente devido aos constrangimentos que têm se verificado, o que esteve na base do alargamento do prazo do registo, tudo porque a CIPE não conseguiu registar os 7 milhões de cidadãos em seis meses, como ficou acordado no começo do processo. Por isso, os partidos políticos interrogam-se se em três meses será possível registar 3

milhões de cidadãos, quando em seis foram apenas registados 4 milhões .

### 4.4 Zonas de difícil acesso recebem brigadistas

*Jornal de Angola...20-06-07*

As 60 brigadas de registo eleitoral da província do Huambo começaram recentemente a desdobrar-se para as localidades de difícil acesso, no âmbito da política de cobertura do registo eleitoral às regiões mais distantes. De acordo com o responsável pela área de Organização e Estatística da Comissão Executiva Provincial Eleitoral (CEPE), Daniel Maurício Soy, os brigadistas estão engajados no cadastramento dos cidadãos eleitores concentrados no interior das 37 comunas da província.

"O caminho já andado em volta do processo é positivo e continuamos a movimentar as brigadas em toda a extensão da província do Huambo", considerou o responsável, tendo apelado à população a aderir aos postos de registo durante o período de prolongamento do processo, para poderem exercer o seu direito de voto nas próximas eleições.

A comissão, adiantou, tem prestado "atenção especial" às localidades que representaram maiores dificuldades às equipas de brigadistas, nomeadamente as comunas de Tchihama (Kachiungo), Bimbi (Bailundo) e parte Norte do município do Mungo, cerca de 150 quilómetros da cidade do Huambo.

### 4.5 Partidos capacitados sobre gestão de conflitos

*Jornal de Angola...20-06-07*

O estímulo ao debate público sobre assuntos relacionados com a democracia e eleições pode contribuir para a prevenção e gestão de conflitos eleitorais. Este foi o mote de uma acção formativa dirigida à representantes de partidos políticos e da sociedade civil na província do Huambo.

Promovido pela organização não-governamental angolana, Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), em parceria com a fundação alemã Friedrich Ebert, o seminário visou definir as estratégias de prevenção e gestão de conflitos durante o processo eleitoral.

Os participantes fizeram ainda uma avaliação do registo eleitoral, na qual foram ponderados factores de sucesso e insucesso e perspectivas do processo até 15 de Setembro, data em que deverá estar concluído o registo eleitoral.

O seminário sobre prevenção e gestão de conflitos eleitorais levou ainda à análise questões relacionadas com o papel das forças de segurança, tribunais e

organizações da sociedade civil, perante situações de disputa que dividem actores e agentes eleitorais durante e depois das eleições.

Ao intervir na cerimónia de abertura, o representante da Comissão Provincial Eleitoral no Huambo, América Chimina, solicitou o envolvimento de todas as forças vivas da sociedade no processo, para garantir a transparência e confiança ao mesmo.

#### 4.6 Comissão provincial eleitoral pede maior engajamento dos partidos políticos

*Angop...23-06-07*

O presidente da Comissão Provincial Eleitoral do Huambo, Jacinto Kalembe, solicitou sexta-feira um maior engajamento dos partidos políticos na educação cívica da população para o Registo Eleitoral.

Falando num encontro com representantes de partidos político na província, Jacinto Kalembe frisou que o engajamento das formações políticas na educação cívica dos cidadãos vai permitir que ninguém fique de fora do processo de Registo Eleitoral no país.

Para ele, até agora os partidos políticos têm realizado um bom trabalho, mas ainda não é o suficiente, apesar da população desta província aderir em massa, nos últimos dias, aos postos de registo, que funcionam em toda a extensão da região.

O presidente da Comissão Provincial Eleitoral mostrou-se também preocupado com as insuficiências de alguns partidos políticos em colocar os seus fiscais nas brigadas eleitorais existente.

O encontro foi aproveitado pela Comissão Provincial Eleitoral para explicar aos representantes de partidos políticos na província sobre o andamento do Registo Eleitoral, do desdobramento das brigas, bem como da supervisão deste processo. No final do encontro, os participantes comprometeram-se em melhorar o sistema de fiscalização do Registo Eleitoral com a colocação de mais fiscais de partidos políticos nas 60 brigadas existentes na província.

Até agora só o MPLA, a UNITA e o Partido de Renovação Social (PRS) têm fiscais em todas as brigadas de registo eleitoral a funcionar em toda a extensão da província. Os restantes partidos só têm fiscais nas brigadas que trabalham no município sede da província.

#### 4.7 O processo de registo eleitoral esta a decorrer com transparência

*Angolense...23-06-07*

Um balanço da Plataforma Eleitora da Sociedade Civil divulgado esta semana aponta que os primeiros seis meses do registo eleitoral decorreram dentro das expectativas daquela organização, apesar de alguns obstáculos que se verificaram ao longo do processo. Segundo Celestino Onésimo, Coordenador Nacional da Plataforma Eleitoral da Sociedade Civil, durante uma conferência de imprensa, o balanço dos seis meses do Registo Eleitoral é satisfatório.

A organização criada nos finais de 2005 tem como objectivo promover a participação do cidadão na consolidação da democracia, paz, reconciliação, gestão e resolução de conflitos eleitorais. A Plataforma na avaliação do processo de Registo Eleitoral conta com 400 observadores espalhados em todo o país, desde o início do esmo em Novembro do ano passado.

Durante o processo de Registo Eleitoral foram feitas 4.394 observações nas brigadas de registo eleitoral das 18 províncias permanecendo em média duas horas em cada uma delas, isso de 15 de Novembro de 2006 a 15 de Junho do ano em curso. Segundo ainda o coordenador daquela plataforma da sociedade civil, o processo tende a melhorar na medida em que o Governo vai disponibilizando meios para apoiar as brigadas. "Até ao momento temos vindo a constatar esforços conducentes à transparência por parte dos actores envolvidos no processo de registo, no entanto, torna-se necessário afinar os mecanismos de circulação, aumento do fluxo de informação e a base de dados dos eleitores entre os órgãos de gestão eleitoral e outros actores como partidos políticos e a sociedade civil", disse.

Apesar de algumas dificuldades no exercício das brigadas e da própria CNE, a organização constatou que alguns partidos junto dos seus militantes e simpatizantes têm realizado acções de educação cívica, que visam evitar situações de intolerância. Disse ainda que a participação dos partidos políticos na fiscalização dos actos eleitorais e na observação da sociedade civil ainda é limitada devido a escassez de recursos. Todavia, segundo Mateus Nhangá, presidente da Plataforma, é preciso reconhecer a forma como a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) tem prestado informações sobre o andamento do processo. Durante o acto, os responsáveis daquela organização louvaram as campanhas dirigidas para os jovens e para as mulheres.

Para aquela organização, a falta de informação

atempada sobre o desdobramento das brigadas aos partidos e organizações da sociedade civil, tem dificultado as suas actividades, apesar de existirem boas relações entre a CIPE e a Plataforma - informações relacionadas com às províncias, municípios e com unas do país.

#### 4.8 CEPPE avalia registo na Huila

*Jornal de Angola...22-06-07*

Os membros da Comissão Executiva Eleitoral da Província da Huíla analisaram quarta-feira última, no município da Matala (a 200 quilómetros a Leste da cidade do Lubango), a evolução do processo de registo eleitoral nesta paragem.

Orientado pelo vice-governador para esfera Económica e Produtiva da Huíla, Adriano da Silva, o encontro debruçou-se sobre as constantes avarias do equipamento informático causado pela oscilação de energia eléctrica e pouca resistência durante o transporte para as zonas mais recônditas.

O vice-governador Adriano da Silva exortou os membros da comissão a engajarem-se mais com vista a contemplar a maioria dos cidadãos, que até ao momento não se inscreveram por diversas razões.

"Embora as vias de certas comunas ou povoações não garantam ainda uma circulação eficiente, há condições de transporte e outros meios para se atingir as zonas mais recônditas".

O coordenador da referida comissão, António Venâncio, avançou que com o desdobramento das equipas de registo para as comunas e povoações da província, nesta fase de prolongamento do processo, "há embaraços no acesso devido ao mau estado das vias que a todo custo o pessoal ultrapassa".

Sublinhou mais adiante que ao vencer os obstáculos extremamente complicados nas vias, com buracos, arbustos, pântanos, ravinas à mistura, os brigadistas e o equipamento técnico sofre muito. Mas o importante é: registar todos os cidadãos.

No entanto, o facto de o registo ter atingido já um número considerável de povoações dos quatro quadrantes das terras da Cheia e pela afluência de pessoas aos postos, a Comissão Executiva para o Processo Eleitoral prevê inscrever até ao final da fase de prolongamento cerca de 800 mil pessoas

## 5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

### 5.1 Maboque alimenta 500 mil crianças de rua

*Angolense...09-06-07*

Cerca de 500 crianças de rua recolhidas em vários pontos da cidade capital beneficiaram de um almoço de confraternização. O gesto é da Maboque Gestão de Empreendimentos. A iniciativa esteve enquadrada na celebração do Dia Internacional da Criança e de mais um aniversário da empresa

A actividade começou as 13 horas e contou com a participação de funcionários da Maboque, bem como de alguns alunos do Centro de Formação e Processamento Alimentar (Cefhotel) que se encarregaram de servir as refeições aos petizes. As crianças, na sua maioria, na casa dos 14 anos foram recolhidas de vários pontos da cidade capital. Em fila, as crianças entraram para o recinto da ex-Delegação Provincial da Educação de Luanda, onde o ambiente era festivo a julgar pela decoração das mesas. Antes de tomarem a refeição, animados, os petizes entoaram o hino nacional para em seguida receberem a "merenda". Havia variedades de alimentos - o funge não faltou, para além dos biscoitos, bolos, frutas e sumos.

A vontade de comer tudo começou a transparecer no rosto daquelas crianças que passam cerca de 355 dias sem ter uma refeição condigna. Talvez a pensar no dia seguinte, as crianças guardavam nas sacolas o resto da comida. Foi o caso de João Mateus um menino que vive na rua. Para animar a festa, foram tocadas músicas infantis muitas delas conhecidas pelas crianças que acompanhavam o refrão. Na ocasião, o director de Comunicação e Imagem da Maboque, Nelson Ventura disse que aquela empresa tem realizado actividades para assinalar o aniversário da Maboque, mas é a primeira vez que convivem

com as crianças de rua. "Todos os anos fizemos isso, mas sempre envolvermos crianças que se encontram em lares, como o Lar Kuzola. Desta vez queríamos fazer algo diferente, por isso, decidimos andar nos bairros e encontrar as demais crianças que vivem na rua, que não pertencem a nenhum lar", afirmou.

O aniversário da referida empresa contou também com a entrega de certificados e diplomas aos finalistas dos diferentes cursos do Cefhotel e outras actividades.

### 5.2 Alfabetizadores terminam curso de formação

*Angop...20-06-07*

Vinte cinco alfabetizadores terminaram hoje, no município do Seles (província do Kwanza Sul), o nono curso de formação sobre o método Don Bosco, promovido pela Associação Cristã para o Combate à Droga, Álcool e Nicotina em Angola.

Inserido no programa "Aprender Ler e Escrever", da Associação Cristã para o Combate à Droga, Álcool e Nicotina em Angola (Accdana), o curso teve a duração de três semanas. Durante a acção formativa, os alfabetizadores aprenderam como se pode ensinar uma pessoa que não sabe ler e escrever através da mostragem de gravuras, entre outros temas.

Segundo o representante da Accdana no Kwanza Sul, Silva João, a formação dos alfabetizadores visa alargar a campanha de alfabetização que a associação tem desenvolvido junto das comunidades.

"Uma pessoa que não sabe ler e escrever é uma pessoa nula na sociedade", frisou Silva João.

Acrescentou que a sua organização conta com o apoio da Acção Agrária Alemã no fornecimento de material didáctico para os alfabetizadores.

Silva João disse que a sua organização já alfabetizou nos municípios do Seles e Kassongue, mais de 1.500 pessoas. O município do Seles dista a 82 quilómetros a sudoeste da cidade do Sumbe (Kwanza Sul), possui uma extensão geográfica de três mil e 101 quilómetros quadrados e uma população estimada em 300 mil habitantes.

A Accdana foi criada em 1997 e desenvolve as suas actividades junto das comunidades mais desfavorecidas no combate ao analfabetismo, campanhas de sensibilização e formação de promotores de saúde.

### 5.3 CDR reabilita e constroi mais cem escolas em quatro províncias

*Angop...20-06-07*

Cento e trinta escolas primárias, das quais 90 comunitárias e 40 de carácter definitivo, foram construídas e reabilitadas pelo Conselho Dinamarquês para os Refugiados (CDR), nas províncias do Kuanza Norte, Malanje, Uíge e Bengo, desde a sua implantação no país em 1996.

Esta informação foi prestada hoje (terça-feira) à Angop, na cidade de Malanje, pelo representante do CDR no país, George Franssen, quando testemunhava a inauguração das duas últimas escolas financiadas pela sua organização.

Deste número 33 escolas entre comunitárias e definitivas foram construídas e reabilitadas na província

de Malanje.

Fez saber que as reabilitações e construções das referidas empreitadas contaram com o apoio do Governo Dinamarquês, União Europeia através da Echo, Unicef, Embaixada da Noruega e Prodeca. Relativamente aos projectos executados pelo CDR foram beneficiárias as ONG Acção para o Desenvolvimento do Meio Ambiente e a Adra-antena Malanje.

As ONG privilegiadas vão trabalhar em 13 projectos de formação denominados “Escola na lavra do camponês”.

A ONG está implantada no país desde 1996 e em Malanje desde 2003. Desenvolve actividades nos sectores da educação, água, agricultura, saneamento básico, reabilitação de infra-estruturas e ajudas na educação e sensibilização sobre minas, VIH/Sida entre outras.

O CDR termina as suas acções em Dezembro próximo ao nível do país.

#### 5.4 Balombo beneficia de três novas escolas

*Angop...21-06-07*

Três novas escolas do ensino primário estão a ser erguidas desde o início da semana, no município do Balombo, a 182 quilómetros da cidade de Benguela, no âmbito do Programa de Melhoramento e Aumento de Serviços sociais básicos as populações.

De acordo com o responsável do estudo e planeamento da administração municipal local, Androz Cassango, as escolas são do tipo pré-fabricadas e uma delas, com três salas de aulas, esta a ser montada no bairro novo da sede do município. As outras duas com seis salas cada estão a ser erguidas nas comunas do Chindumbo e Maka-Mombolo. Sem adiantar o valor empregue nas infra-estruturas, revelou que os estabelecimentos escolares em execução atenderão um total de 1.800 alunos da iniciação a sexta classe do ensino geral.

Segundo o responsável, as escolas serão montadas num período estimado de cinco semanas e beneficiarão de espaço administrativo e residências para professores e equipadas com mobiliário e sistema eléctrico.

#### 5.5 Colégios deixam de cobrar propinas em dólares face a desvalorização

*Angop...21-06-07*

Os colégios do município do Lobito, província de Benguela, deixaram nos últimos dias, de cobrar as propinas mensais em dólares norte-americano, optando pelo Kwanza, face a valorização da moeda nacional. Fontes de alguns colégios contactados hoje pela Angop, disseram que a cobrança de propinas em dólares estava a provocar desvantagens na compra de certos materiais escolares e de consumo corrente que são efectuados com a moeda nacional.

Assim, a propina que até então custava 100 dólares, passou a ser cobrada a 12 mil Kwanzas, enquanto os que pagavam 70 USD pagam actualmente oito mil Kwanzas.

Segundo alguns encarregados de educação, a alteração dos dólares para o Kwanza está a criar transtornos, pois viam a valorização da moeda nacional como alívio para os seus gastos no pagamento de propinas dos seus educandos, situação que não se verifica porque os gestores estão a fazer um câmbio que não é oficial. Consideraram tal medida desleal e oportunista, visto que, há tempos o dólar americano era tido como a moeda segura e de valor universal e não influenciava na alteração da venda dos produtos no mercado nacional. Os encarregados de educação defendem o aumento e melhoramento de instituições escolares públicas de forma a permitir o cidadão tenha coragem de abandonar, aquilo que chamar política de asfixia dos carentes.

O município do Lobito conta com nove colégios que leccionam do ensino primário ao pré-universitário..

#### 5.6 Rede criança preocupada com violência contra menores

*Angop...21-06-07*

A coordenadora provincial da Rede da Criança no Uíge, Adelina Alexandre Pinto, manifestou hoje, nesta cidade, preocupação pelo crescente nível de violência física e moral praticada contra crianças na região, em consequência da degradação das relações familiares nas diversas comunidades.

Em declarações hoje à Angop, a responsável disse que grande número das crianças, cujas relações familiares se degradaram, vivem numa situação de extrema pobreza, o que os obriga a realizarem trabalhos forçados visando a sua contribuição para o sustento familiar.

Outras, disse ela, são obrigadas a abandonar os seus lares a procura de estratégias para sua subsistência, buscando trabalhos ocasionais, ou mendigando nas



ruas, o que os leva a viver permanentemente num ambiente de risco e perigo.

Adelina Pinto apontou ainda o fenómeno "criança feiticeira", como outra causa de violência contra menores na província, facto que submete os petizes a maus tratos, espancamentos e separação do seio familiar.

Para a redução da violência e contribuir substancialmente na protecção da criança na região, assegurou que a Rede está a trabalhar na criação de comités de protecção da criança, para sensibilização e aconselhamento das famílias, passo já concretizado nos bairros, Candombe Velho, Kilamba Kiaxi e Pedreira, periferia da cidade do Uíge.

### 5.7 ONG Linalia realiza segundo seminário denominado criança feliz

*Angop...22-06-07*

A Organização não Governamental Angolana Liga Internacional de Apoio aos Lares e Internatos de África (Linália) realiza sábado a partir das 15 horas no Cine Atlântico, em Luanda, o segundo festival de beneficência denominado "Criança Feliz". Em declarações hoje à Angop o presidente da Linália, Miguel de Lemos Kilundo, afirmou que a realização do evento vai servir para angariar fundos a favor dos lares e centros de crianças vulneráveis.

Segundo o responsável o encontro tem ainda como objectivo criar um fundo para criação de dois centros profissionais de adolescentes, bem como recolher as crianças que ficam na rua.

De acordo com Miguel de Lemos Kilundo, os ingressos para o festival estão a ser comercializados a mil kwanzas bem como os interessados podem levar donativos.

O encontro contará com a presença dos músicos Mamukueno, Bangão, Walter Ananás, Tony Amado, Wiza, os cuduristas Lambas dentre outros. O primeiro festival criança feliz aconteceu a 2 de Junho de 2006.

A Linália foi fundada aos 16 de Dezembro de 1988, está vocacionada para tarefas humanitárias e filantrópicas em centros de reeducação, acolhimento de deslocados, refugiados, lares infantis e da terceira idade. Ajuda ainda pessoas e famílias desfavorecidas no combate à malária e VIH/ Sida.

Com mil e setecentos membros, a organização, com sede em Luanda, actua em todo o país e tem colaborado em programas dos ministérios da Saúde, Administração Pública, Emprego e Segurança Social e Assistência e Reinserção Social, sendo membro da

Rede Angolana das Organizações de luta contra a Sida (Anaso).

### 5.8 A pobreza das crianças reclama urgentemente por uma merenda escolar

*Angolense...23-06-07*

Luanda foi palco de mais um fórum nacional dedicado às crianças pobres com a conseqüente adopção de mais uma "porrada" de resoluções, recomendações e compromissos para todos os tamanhos e medidas, gostos e feitios.

Não sendo por principio hostil a este tipo de iniciativas, confesso que já ando um bocado cansado, agastado mesmo, com a tetórica dos seus participantes que em nome do povo e das suas instituições, mais não fazem do que deixar no ar promessas e mais promessas, prometendo tudo fazer para que as promessas se transformem em realidade um dia destes. É mais ou menos assim que as coisas se passam nesses fóruns. O mais recente fórum propôs-se fazer o balanço do que havia sido prometido nos fóruns anteriores. Feito o balanço adoptaram-se mais onze promessas ou compromissos e foi-se para o cocktail. O fórum concluiu que tudo está bem, isto é, que tudo está a ser feito para que as crianças continuem a ser crianças evirando que elas se transformem em adultos de tanta idade e passem a engrossar as fileiras da delinquência e da criminalidade, como sendo a única solução que encontram para poderem gozar um pouco a vida. Ultimamente até têm esrado a gozar bastante, retirando a vida de outras pessoas com armas dos mais diferentes calibres. É uma verdadeira guerra contra a sociedade dos mais velhos que passam a vida a falar e não fazem nada para evitar que elas deixem as escolas com fome à procura do pão e do leite que uma simples merenda escolar poderia resolver. Fica-se com a sensação (eu pelo menos fico) desses fóruns serem verdadeiros e charmosos exercícios virtuais promovidos pelo poder político, onde se fala de tudo e de mais alguma coisa, menos da realidade em que vivem as nossas crianças nos bairros de lata. Muito menos se fala ainda de soluções específicas para os problemas concretos que a luta contra a pobreza e a miséria colocam. Gasta-se assim mais dinheiro público a falar da pobreza com os tais fóruns e outros encontros do género, onde se pagam principescamente prelectores e consultores, do que a lutar efectivamente contra ela no quotidiano daqueles que mais sofrem com este flagelo que são as crianças.

A merenda escolar é uma dessas soluções que tarda em ser generalizada como um direito a ser garantido pelo Esrado, que rodas as crianças das escolas públicas, aré pelos menos à quarta classe, deveriam beneficiar.

Não é de forma alguma aceitável que todas as

tenrativas de se implemenrar o projecto merenda escolar tenham ficado pelo caminho engolidas pelas mais diferenres justificações. Enquanto tal não aconrecer, enquanto o Governo não for capaz de oferecer este mínimo às nossas famintas crianças, de nada adianta estarmos a citar permanenremenre o arrigo 30º da nossa constituição, segundo o qual "as crianças constituem absoluta prioridade, pelo que gozam de especial protecção da família, do Estado e da sociedade com vista ao seu desenvolvimenro inregral". É aí que entra em acção a mais pura e chocante retórica que vemos desfilar nos tais fóruns. A luta conrra a pobreza não pode pois continuar a ser feita apenas com fóruns e discursos, que acabam por consumir uma parre muito substancial dos recursos públicos que deveriam ser canalizados para projectos concretos.

### 5.9 CICV reunificou mais de 200 crianças

*Angop...25-06-07*

Duzentas e 46 crianças que se encontravam fora das suas famílias foram reunificadas no período de 2003 à Junho deste ano, pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) na província do Huambo, soube hoje a Angop.

As crianças vindas das várias províncias do país estão a residir com as suas famílias biológicas nos 11 municípios da província, segundo revelou o chefe de departamento da agência de pesquisa do CICV no Huambo e Bié, Joaquim Saundi.

O responsável referiu que a reunificação destes menores conseguiu-se através da revista "Gazeta" um instrumento de pesquisa com cerca de 20 mil nomes de pessoas que procuram e procuradas, lançado há mais de quatro anos com o objectivo de unir as famílias separadas pela guerra.

Deu a conhecer que neste momento 14 crianças localizadas pelo CICV vivem fora dos país, abrigadas em orfanatos e lares de famílias de boa vontade. Para além de crianças, o CICV levou para as suas famílias 500 pessoas adultas que durante longos anos de guerra viveram longe das suas famílias. A actividade de pesquisa conta com a parceria da Cruz Vermelha de Angola (CVA) que nas comunidades rurais possui activistas em estreita colaboração com os representantes das igrejas, professores e autoridades tradicionais na localização de pessoas desaparecidas. Joaquim Saundi considera que o programa de pesquisa da sua instituição está a atingir os seus objectivos, pois que o índice de procura vai aos poucos reduzindo. "O programa continua. Este ano foram recolhidas 380 mensagens e distribuimos outras 627 ", referiu o responsável.

### 5.10 Saude preve imunizar 416 mil crianças contra a pólio

*Angop...26-06-07*

O Programa Alargado de Vacinação (PAV) no Bié prevê imunizar 416 mil e 45 crianças menores de cinco anos, contra a poliomielite durante as jornadas de vacinação a decorrer entre os dias 27 a 29 do mês em curso.

De acordo com o supervisor do PAV na província, Óscar Eduardo Bambi, ainda no âmbito da mesma campanha, 374 mil 440 crianças beneficiarão da Vitamina "A", com vista a preveni-las da cegueira. Ele assegurou que as condições materiais, técnicas e logísticas estão criadas para que todos os petizes do grupo alvo sejam imunizadas contra a de paralisia infantil, assim como a cegueira.

Óscar Eduardo Bambi disse ainda que o PAV já dispõe de 500 mil doses de vacinas contra a poliomielite e 411 mil 884 doses de vitamina "A".

Para esta empreitada, segundo o supervisor do PAV, serão envolvidos dois mil 629 elementos entre, coordenadores de áreas, supervisores, chefes de equipas, vacinadores, registadores, mobilizadores sócias, entre outros.

Fez saber que, a intenção da Direcção Provincial da Saúde é de atingir todas áreas tidas de difícil acesso rodoviários, para que nenhum infante fique de fora.

## 6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

### 6.1 A penúria instalou-se no centro de acolhimento do Golfe II

*A Capital...02-06-07*

Naquele centro de acolhimento ainda é visível o trauma deixado pelas chuvas, que, num abrir e fechar de olhos, os privou do já pouco que conseguiram amealhar ao longo de uma vida tão agreste como a que se vive em Luanda.

São feridas abertas há quase seis meses, mas ainda bastante frescas, pois que não curam dadas as condições a que foram votadas aquela gente que o quase completo abandono leva-lhes a ter bem viva na memória a imagem daquela madrugada em que gotas de águas que pareciam inofensivas, tornaram-se tão fortes que arrasaram tudo o que encontraram pela frente, transformado casas em escombros, electrodomésticos num conjunto de velhas latas e, inclusive, arrastaram e fizeram desaparecer vidas humanas. Alguns dias depois, quando se lhes propuseram a transferência para um local melhor, esses populares não pensaram duas vezes, pois acreditavam que a mão estendida pelo Governo angolano, através da Comissão Nacional de Protecção Civil, significava a salvação, mas acabaram por se ver defraudados. As dificuldades agudizaram-se e agora os populares, que apresentaram, queixas a este jornal, reclamam daquilo que consideram serem péssimas condições de habitabilidade desde que foram instalados naquele centro de acolhimento criado, em princípio, para acudir os sinistrados da fatídica chuva que se abateu sobre Luanda na madrugada do dia 22 de Janeiro.

«Inicialmente, apoiáramos com tendas, alguma comida, cobertores e água, mas o apoio foi reduzido com o andar do tempo, ao ponto que actualmente temos que ser nós a desenrascar, ou seja, falta de tudo, pelo que temos de fazer das tripas coração para ao menos dar de comer aos nossos filhos», reclamaram.

O pior, porém, não é só isso. Além da gritante falta de abastecimento de água potável, alimentação e mantas para cobrirem-se sobretudo neste período seco, várias famílias são ainda obrigadas a repartirem uma mesma tenda, com todo o desconforto resultante desta operação. São geralmente quatro ou cinco famílias a dividirem um mesmo espaço, onde as intimidades são desrespeitadas, numa convivência que tem todos os contornos de desumanidade.

«Se nos dissessem de princípio que viver nesses centros

seria comparado à vida num campo de refugiado, de certeza absoluta que teríamos recusado passar pelo que estamos a passar agora», reclamaram as mesmas pessoas, que falam em nome de todas as famílias ali acantonadas, mas que estão proibidas de denunciar, publicamente, tudo o que vêem no centro, sob pena de sofrerem represálias.

«Tudo o que dizem é que a situação será resolvida o mais breve possível, mas não se vê nenhum tipo de mudanças, continuamos tal como entramos, estamos cansados de tanto sofrimento», mais a mais por receberem frequentemente ameaças de corte de todo o tipo de apoio caso coloquem, revelem as peripécias porque são abrigados a passar diariamente. Acusam, por exemplo, o responsável do centro de arrogante e de os proibir, terminantemente, de prestarem quaisquer declarações que desabonam o funcionamento do centro.

«Houve mesmo altura em que ele chegou a propor que se quiséssemos continuar a receber ajudas tínhamos que oferecer garantias de que votaríamos no MPLA nas próximas eleições», revelaram.

### 6.2 Grupo tecnico vai rever plano de gestão do crescimento de Luanda

*Jornal de Angola...05-06-07*

O presidente da República, José Eduardo dos Santos, determinou ontem, por despacho, a criação do Grupo Técnico "ad-hoc" para o acompanhamento da Revisão do Plano de Gestão do Crescimento Urbano de Luanda.

O referido Grupo Técnico é coordenado pelo ministro do Urbanismo e Ambiente, Diekumpuna Sita José, e integrado por representantes dos ministérios do Planeamento, Finanças, Obras Públicas, Transportes, Energia e Águas, Correios e Telecomunicações, Indústria, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Hotelaria e Turismo, Geologia e Minas, Cultura, Educação e Urbanismo e Ambiente.

Integram ainda o órgão representantes do Gabinete de Reconstrução Nacional, Assessoria para os Assuntos Regionais e Locais do Presidente da República, Governo da Província de Luanda e Governo da Província do Bengo.

A criação do Grupo Técnico "ad-hoc" levou em conta o facto de a gestão do meio urbano ser relevante para o desenvolvimento económico auto-sustentado e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Outro factor considerado foi a necessidade de criar as condições funcionais e legais para a revisão do Plano de Gestão do Crescimento Urbano de Luanda diante das alterações verificadas no contexto institucional,

legal, macroeconómico, demográfico; de uso e ocupação do solo, de investimentos públicos, e de infra-estruturas e equipamentos mbanos decorridos quase sête' anos da sua aprovação.

o novo órgão terá a atribuição de apoiar e facilitar o acesso do consultor aos planos, programas e projectos sectoriais estruturantes em execução ou a implementar nas províncias de Luanda e Bengo, para além de discutir e emitir pareceres técnicos sobre políticas e opções estratégicas e soluções técnicas dos empreendimentos em curso.

Caberá ainda ao Grupo Técnico emitir pareceres técnicos sobre as opções estratégicas do Ordenamento do Território e de desenvolvimento das cidades de Luanda, Catete e Caxito.

Uma outra incumbência afecta ao Grupo Técnico é a de discutir e submeter à aprovação superior a proposta dos termos de referência para a elaboração do Plano Director de Luanda-Cacuaco, Viana, Catete e Caxito, assim: como a reabilitação dos musseques e das áreas peri-urbanas de Luanda.

O coordenador do Grupo Técnico poderá contratar serviços de consultoria e, sempre que necessitar, requisitar técnicos de diversas áreas para melhor de sempenhbedas actividades que lhes são atribuídas.

O grupo tecnico deve concluir os seus trabalhos no prazo de nove meses e o seu coordenador deve apresentar ao Chefe do Governo um relatório mensal sobre o andamento dos trabalhos.

No mesmo despacho, o Presidente da República revogou a legislação em contrário e extinguiu os grupos de trabalho que se debruçavam sobre questões referentes ao desenvolvimento urbano das províncias de Luanda e Bengo.

### 6.3 Administrador da Maianga acusado de arrendar terraço de prédio

*Folha8...09-06-07*

Os moradores do lote 9, edifício situado na comuna do Prenda, município da Maianga, estão indignados com a atitude do administrador municipal, Manuel José Marta, a quem acusam de ter autorizado a ocupação de um espaço no terraço do referido prédio a uma empresa denominada Mundo Startel para a instalação de uma antena de telecomunicações, sem consultar a comissão de moradores.

Segundo F8 apurou de fonte digna de crédito, Marta terá autorizado a troca de 111 mil 726 Kwanzas, tendo ainda estabelecido um contrato de arrendamento anual entre a empresa e a Administração Municipal da Maianga.

"Nós, como moradores, não fomos tidos nem achados

pelo senhor administrador municipal, ao arrendar um bem comum dos inquilinos", queixou-se A.

Maria, acrescentando que "o mais grave no meio de tudo isso é o facto de o dinheiro ter ido parar aos cofres da administração", sublinhou. No meio deste turbilhão, os moradores acusam, igualmente, a Mundo Startel de ter incorrido em actos alegadamente de corrupção ao solicitar o espaço em causa ao administrador, em vez de fazê-lo à Direcção Provincial de Habitação ou ao Sector Municipal de Habitação da Maianga na qualidade de proprietários do imóvel.

"O imóvel é da Habitação, e, logo, não era a Startel a solicitar a ocupação do espaço à Administração Municipal", disse a fonte, para quem os valores arrecadados nesta negociata em vez de pararem na tesouraria da administração, deveriam ser canalizados à comissão de moradores, para fazer trabalhos de manutenção de esgotos, sistema de distribuição de água da rede do próprio imóvel, da luz eléctrica, que nunca sofreu qualquer intervenção desde 1975 até à data. Os condóminos, citando a fonte, admitem mesmo que esta atitude demonstra que um dos responsáveis que tem estado a autorizar as construções anárquicas tais como, a construção de casebres nos terraços, escavações de tanques de água por debaixo de prédio, armazéns e outros, alterando a matriz predial no município é o próprio administrador. Agastados com o assunto, a comissão de moradores pretende levar o assunto a tribunal, afim de se dirimir o conflito que opõe os munícipes e o administrador já que este recusa a manter um encontro com os mesmos, para se encontrar uma saída airosa sobre o assunto em causa. Sem colocar a nossa foice em seara alheia, as administrações municipais ao passarem estas autorizações estão a contribuir para a anarquia. F8 contactou o acusado por três vezes, mas este recusou-se a fazer qualquer pronunciamento, alegando falta de tempo.

### 6.4 «Os desterrados do Gika»

*A Capital...23-06-07*

Eva tinha as mãos no rosto quando apreciava a filha a brincar no mesmo chão que antes suportava o lugar onde viviam na antiga Escola de Oficiais Comandante Gika. O local está agora transformado em escombros, tudo porque nos últimos dias apareceram uns homens com máquinas pesadas que «estão a partir tudo», sem ao menos explicarem para as pessoas que ali habitam onde serão colocadas.

A nave, onde Eva vivia com outras pessoas apenas, foi completamente arrasada por verdadeiros buldozer's, que agora já só resta pedra sobre pedra e a lembrança daquilo que um dia serviu, senão para uma vida con-

digna, ao menos para proteger-se do sol intenso dos dias de verão e das chuvas que caíram sobre Luanda sem contemplanções.

Agora tudo acabou. Eva e outras 69 famílias estão concentradas no recinto do Gika a aguardar que lhes seja indicado um destino, por mais distante que seja, mas que lhes assegure viver debaixo de um tecto.(...)

«o que não acho correcto é que um projecto com tamanho orçamento, que vai gerir vários milhões de dólares não tenha contado com um fundo para alojar aqueles que o destino quis que morassem na Escola Gika», exclamou um outro morador, visivelmente agastado com a situação em que também está mergulhado.

Rasi, chamemo-lo assim, a seu pedido, está condoído com a sorte que se abateu sobre todos aqueles que ali viviam, incluindo ele próprio, considerando que se trata de um «cenário não muito correcto para aqueles que durante anos sem conta deram o melhor de si para que Angola fosse o país que é hoje».

Os moradores não são contrários à edificação de projectos da natureza do Empreendimento Gika, o que eles não entendem é o facto de, do dia para a noite, acabarem, compulsivamente atirados para o lamaçal da quase mendicidade.

«Sabemos apenas que mais tarde ou mais cedo vamos sair daqui, mas ninguém diz para onde vamos, o que será feito de nós, enfim, estamos mergulhados num mar de incertezas», explicaram.

Cada dia é um dia de incerteza para os moradores. «Não sabemos o que acontecerá connosco, podem levar-nos para um lugar distante e deixarem-nos ali sem casa», queixou-se Rasi, para quem a Comissão de Moradores «não tem sabido fornecer explicações plausíveis aos moradores agora desalojados», realçou.

Entre os moradores fala-se, insistentemente, de dualidade de criterios no lançamento dos nomes numa provável lista daqueles que poderão beneficiar de moradias, tal é que o tenentecoronel Chivila, que é o coordenador da Comissão de Moradores, vê-se em dificuldades para perceber quem é quem entre os moradores.

Ele, por exemplo, sabe que não há nada de concreto quanto a área de alojamento desses populares, na sua maioria militares e deslocados de guerra que ali encontraram poiso proveniente de várias regiões de Angola no auge do conflito armado.

São cerca de 70 famílias a aguardarem pela definição do seu futuro e que se mostram apreensivos, uma vez que foram os militares, sobretudo aqueles com alguma patente, mesmo que na reserva, cujos nomes já constam de uma pretensa lista a ser entregue aos verdadeiros donos do projecto.

O tenente-coronel Chivila, por exemplo, que é a pessoa que coordena a comissão de moradores, também não

sabe ainda nada sobre qual será destino final daquela gente, pois, admite, não lhe foi ainda nenhuma informação a respeito.

«A verdade é que eles chegaram aqui e entraram sem avisar», num adia que parecia normal, «e trataram de partir tudo, sem antes acautelarem situações como essas de terem pessoas ao relento, quando o mais sensato seria retirar as pessoas e, de imediato, instalarem as mesmas numa determinada área de acolhimento», pensou Rasi.

## 6.5 Comissão dos Direitos Humanos bateu com a porta no nariz

*A Capital...23-06-07*

Na tarde do dia 19, terça-feira, membros do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos, com o advogado David Mendes à cabeça, deslocaram-se para constatar a Situação em que se encontram os moradores do Complexo Comandante Gika que estão a ser vítimas de demolição por parte de uma empresa privada protegida pelo Exército Nacional.

Contudo, contra todas as previsões do grupo de trabalho, foram impedidos de se reunirem com os moradores «por elementos fardados e armados com distintivos de Forças de Comandos e da Polícia Militar» em número que se calcula em mais de 20 indivíduos. Não entraram, mas viram um dos membros da comissão de moradores, no caso o activista Ramos Pinto, a ser detido, em companhia de mais quatro outros membros da mesma comissão por se mostrarem contrários às práticas levadas a cabo pelo Exército Nacional ali destacado.

O Conselho reprova, vementemente a protecção do Exército Nacional às empresas privadas, independentemente de quem sejam os seus proprietários, ao mesmo tempo que condena a «violação sexual, comprovada, de uma cidadã por parte de elementos afectos ao Exército, «o que constitui um acto grave que exige responsabilização dos mesmos e das respectivas chefias».

Os activistas reconhecem ser a habitação um dos direitos fundamentais consagrados na Constituição angolana, de modo que este tipo de demolição de casas constitui uma flagrante violação à Constituição.

Socorre-se do facto do parlamento angolano ter aprovado a lei sobre os deslocados internos, de forma a assegurar que a este tipo de pessoas fosse fornecida uma melhor situação económica e social, pelo que exigem o asseguamento dos mesmos direitos aos moradores do Complexo Gika.

## 6.6 A cobiça ja é antiga

*A Capital...23-06-07*

O projecto de transformar o Complexo do Gika num «mega-empreendimento Comandante Gika» é tão antigo, quão são os moradores ali concentrados, provenientes, maioritariamente, de zonas inseguras, em função do conflito armado angolano.

O agora disputadíssimo Gika albergou até finais dos anos 80 uma escola militar com o mesmo nome, pertença das Forças Armadas Angolanas (FAA), cuja cedência obriga os investidores a construção de uma academia militar numa outra zona.

O empreendimento abarcará uma área de 307 mil metros quadrados e consumirá na totalidade mais de 400 milhões de dólares, que contempla, entre outras coisas, um shopping de três andares, com mais de 200 lojas, um hipermercado, restaurantes e parque de estacionamento com capacidade para cerca de mil 581 viaturas.

## 6.7 Lei vai reforçar observância das regras urbanísticas

*Jornal de Angola...29-06-07*

O ministro do Urbanismo e Ambiente, Dienkumpuna Sita José, assegurou ontem, durante a sessão plenária do Parlamento, que a Lei de Fomento Habitacional vem reforçar os princípios de observância das regras urbanísticas e determinar a importância da promoção da habitação social, priorizando as populações mais vulneráveis.

"Com a aprovação desta lei estamos a completar um edifício legislativo para dar força a acção do Governo em aproximar os anseios das populações" afirmou o ministro, quando respondia, às preocupações levantadas por alguns deputados em relação ao referido diploma.

Esclareceu, entretanto, que o Governo, no quadro da política de Fomento Habitacional, se ocupará essencialmente da preparação de terrenos, transporte de água, energia eléctrica, . instalação de equipamentos sociais e de saúde, bem como da promoção da construção de residências para as classes mais desfavorecidas.

Sita José anunciou que as leis de Ordenamento do Território e de Terras já têm os respectivos regulamentos aprovados e publicados em Diário da República. Da mesma maneira, foi já aprovado o regulamento da Concessão de Terrenos, acrescentando que se regista apenas demora na sua publicação, mas

que "já existem garantias da Imprensa Nacional de que este diploma será publicado no início de Julho".

O ministro assegurou, por outro lado, que não consta na política do Governo a prática de demolições.

Segundo o ministro do Urbanismo e Ambiente, a nível da província de Luanda já existe um órgão que se ocupa da gestão e planeamento urbano de forma mais responsável.

## 7 SERVIÇOS BÁSICOS

### 7.1 Falta água na Boavista até para molhar a garganta

*A Capital...02-06-07*

TRÊS horas da manhã, morre a noite mas o sol ainda está longe de dar o ar da sua graça. Contudo, dona Augusta José já está de pé para mais uma árdua batalha. Ao contrário de outras donas de casa que antes de abandonarem a casa, a primeira coisa que fazem é arrumar a casa e colocar o mata-bicho à mesa mas, dona Augusta começa ir à luta pela aquisição do líquido preciso.

«Pego os baldes e bacias e vou colocar na bicha da água», que pelos lados da Boavista passou a ser muito rara, e tratada como ouro.

A batalhadora moradora não é a única a terminar seu sono fora de casa. Um grande número de mulheres da Boavista despertam cedo para conseguirem encher pelo menos um balde. Mesmo depois de madrugar, descer o morro em que vive e chegar cedo para ocupar um lugar de destaque, dona Augusta não conseguiu o primeiro lugar. Ficou no décimo quinto, o que quer dizer que a Boavista desperta muito cedo na luta pelo líquido precioso.

Há muito que as torneiras dos fontenários existentes no bairro deixaram de jorrar água, deixando os populares numa dependência total das cisternas que quando falham, os moradores têm que caminhar longas distâncias para encontrar água. Por alturas do surgimento da cólera na Boavista, o Governo havia disponibilizado algumas cisternas para a distribuição de água potável aquele bairro. Não se sabe ao certo o que se passa com as referidas cisternas porque, segundo os moradores, já não aparecem com a mesma regularidade, e quando aparecem, a água não chega para todos.

Eram 10 horas da manhã de segunda-feira quando chegamos a Boavista. A bicha formada pelos moradores era enorme, apesar de já muitas pessoas terem desistido de tanto esperar pelas cisternas que nunca mais vinham. Em contrapartida, em vez de água, os muitos baldes, bidões e bacias estavam a encher-se de areia levantada pelos camiões que passavam em excesso de velocidade tremenda.

Luísa Matias tem 18 anos e vive na Boavista há dez anos. Encontramo-la a atravessar a estrada com uma enorme bacia à cabeça, debaixo de sol ardente. Segundo ela há quatro meses, senão mesmo mais, o bairro tem problemas de falta de abastecimento de água, e há quase um ano não tem energia eléctrica.

Luísa teve muito mais sorte que dona Augusta José,

pois, no local onde sua mãe depositou os vasilhames para a compra de água, pelo menos a cisterna apareceu mas, com a água bastante turva.

«Pagamos mais barato porque a água está turva», afirmou.

Questionada sobre porque é que compram a água naquele estado, a jovem adiantou-nos que há quatro não têm escolha porque «não passa carro de água e os nossos reservatórios já estão vazios». O preço da água varia de acordo com o tamanho do recipiente, chegando mesmo aos 500 kwanzas, um recipiente com capacidade de ... ??litros.

Mariana Faustino também dona de casa, diz que prefere ser ela mesma a acarretar a água, a submeter tal trabalho às crianças. Enfatiza a dificuldade em conseguir água no bairro. Seja como for, de uma coisa estes moradores têm a "certeza", «as coisas vão mudar e para melhor».

### 7.2 Valas de drenagem da Samba transformadas em depósito de lixo

*A Capital...09-06-07*

Não é a primeira vez que se questiona a qualidade do trabalho das empresas encarregues da limpeza de Luanda. O próprio governador da província, Job Capapinha, criticou por várias vezes o desempenho destas mesmas empresas e alertou, a dado momento, para as consequências de uma tarefa tão mal executada. Na Samba, num dos maiores e mais populosos municípios da província, essas consequências já são bem visíveis. As valas de drenagem construídas naquela zona, através das fluem águas fluviais e residuais, começam a ficar entupidas de resíduos sólidos.

Moradores do município, sobretudo pessoas cujas residências beiram as valas de drenagem, recorreram ao nosso semanário, mostrando alguma preocupação por esta situação que, de resto, pode muito bem ser constatada no local. Nas valas de drenagem recém erigidas pela construtora Odebrecht, sacos abarrotados de toda a espécie de lixo, colchões, sucata, plásticos e toda uma variedade de resíduos sólidos começam a impedir o curso das águas residuais que deveriam correr livres até à praia da Camuxiba.

Tal acontece porque os moradores decidiram transformar as valas de drenagem numa espécie de aterro sanitário confrontados com a falta de alternativas para o depósito de lixo. Para um município onde, segundo as estimativas do governo provincial, residem quase 500 mil habitantes, a Samba conta apenas, em toda a sua extensão, com 12 contentores para os resíduos sólidos, uma quantidade deveras desfuncional para a realidade, segundo se queixam os próprios

municípios. Duas empresas de limpeza estão encarregues de velar pela salubridade do meio na Samba. Tratam-se da Envirobac e da Triambiente cujos trabalhos, todavia, estão longe de agradar nem mesmo a gregos, e quanto mais a troianos!?

Quem disso se queixa de viva voz é o morador Ricardo Pululo. Questionado sobre o assunto pelo semanário *A Capital*, ele foi peremptório.

«Estas empresas não conseguem manter a Samba limpa», acusou. E prova disso, segundo referenciou, são os amontoados de lixo que se vão espalhando pelo município e que entopem as vitais valas de drenagem.

Antes o trabalho de limpeza e de reconstrução das valas de drenagem, a Samba era constantemente vítima de inundações, sobretudo durante a época chuvosa, que forçavam as autoridades a muitas vezes ter de transferir os moradores das áreas de risco para outras mais seguras.

Agora, mesmo as casas a beira das valas deixaram de estar ameaçadas de inundação, embora o quadro possa ser revertido caso persista a situação ora denunciada pelos municípios com todos os prejuízos materiais e morais que disso podem decorrer. Uma pequena, mas significativa, amostra do que poderá acontecer na próxima época chuvosa, caso não ocorram melhorias, são as pequenas poças de água esverdeada que, neste momento, já se concentram na vala de drenagem e que vão ganhando mais volume dia após dia.

«Há que melhorar o trabalho de limpeza e recolha de lixo», opinou Domingas Pacavira uma outra moradora que se diz agastada com o trabalho das empresas encarregues de velar pela limpeza do município.

«Estas empresas não mostram capacidade de manter, pelo menos em parte, a Samba limpa».

Outra opinião, de igual modo relacionada com a degradação que se acentua nas valas de drenagem da Samba, foi manifestada pelo cidadão António Mateus para quem todas as empreitadas deveriam prever uma manutenção periódica. No caso das valas de drenagem, segundo disse, não se fez qualquer previsão dessa natureza o que tem a sua quota parte no cenário que se assiste hoje.

### 7.3 Projectos em volta do lixo

*A Capital...09-06-07*

Na senda do reaproveitamento de resíduos, não estão somente populares. A Cosep, uma empresa de consultoria angolana vocacionada para a investigação, pesquisa, estudo de mercados, está neste momento a desenvolver no mercado o projecto «Ambiente sadio».

O projecto, voltado para a área de reciclagem de lixo auto-sustentado, pretende, numa primeira fase, trabalhar na reciclagem de latas «que são mais fáceis de

recolher», como explicou Quintino Fonseca consultor da referida empresa. Indicou contudo que não estão postos de parte resíduos como «vidro, plásticos e outras matérias», acrescentou.

Neste momento as latas estão a ser recolhidas e compactadas para exportação. «Por não termos uma estrutura de reciclagem, serão enviadas para a África do Sul onde o material será usado para a produção de novas latas». «O nosso objectivo final é montar uma fábrica de reciclagem, e criar mais postos de emprego», enfatizou Quintino Fonseca, acrescentando que a ideia do projecto é antiga. «Em 1997 vi muito lixo. Depois de contactos mantidos com uma empresa sul-africana, a Collect-a-can, surgiu a ideia de estabelecer um projecto com vista, não só a aliviar a questão do lixo, mas participar no saneamento do meio, e criar novas formas de rendimento para as pessoas», lembra, avançando que depois de contactado o Fundo das Organizações não Governamentais (Fonga), o projecto arrancou.

«Teve muita aderência e, por fim, com meios já garantidos pela Cooperação francesa e várias outras empresas, tivemos que parar por razões de força maior: não havia estrutura empresarial para comercializar o lixo recolhido», porém, o projecto ressurgiu agora, com a Cosep.

Para os devidos efeitos existem contactos com a Collect-a-can, a Coca-Cola, a Cooperação francesa que não hesitaram em apoiar. «O impacto do projecto não é só a nível social, é também económico, sobretudo para as camadas mais necessitadas».

Na condição de produtora, a Coca-Cola, segundo o nosso interlocutor, comprometeu-se a doar as latas e transporte gratuitamente. "Neste momento ainda não estamos a trabalhar com a população, estamos com medo de iniciar, e não ter capacidade de resposta. Mas sabemos a dimensão do projecto», atestou, fazendo saber que para garantir a longevidade do projecto outras parcerias estão a ser feitas como a Collect-a-can, uma empresa que na África do Sul emprega mais de 10 mil pessoas no trabalho da recolha de latas.

**«QUANTO MAIS RECICLARMOS, MENOS RECORREREMOS ÀS FONTES PRIMÁRIAS»**

Entre nós, escasseiam, a nível do empresariado iniciativas voltadas para o reaproveitamento de matérias usadas.

Em países como Brasil, Portugal e Alemanha, empresas de eliminação do lixo obtêm lucros de biliões anualmente. Embora possuamos a matéria-prima, no caso, o lixo, esse vazio, em parte surge da falta de infra-estruturas, que de alguma forma serviriam de suporte a essa actividade, que ainda que timidamente, entre nós começa a ganhar corpo.

Sobre o valor do lixo, ouvimos o economista Vicente Pinto de Andrade, tendo indicado que, esse desperdar,



poderá acontecer, mas «só será implementado quando a indústria começar a fazer apelos aos resíduos. Quando houver a indústria de facto aqui no país. Uma indústria que de facto vai sugerir, o reaproveitamento de resíduos».

A recolha e aproveitamento de lixo vai acontecer dentro de um processo de reindustrialização do país, «mas uma reindustrialização mais amiga do ambiente, isso é, que prefira aproveitar os produtos reciclados aos ainda virgens».

Sobre as vantagens do seu reaproveitamento, o economista explicou que, «esse tipo de tratamento tem um Impacto muito grande sobre a economia, porque, disse, provoca um menor desgaste dos próprios produtos naturais.

«Quanto mais reciclarmos, menos recorreremos as fontes primárias desta matéria-prima, daí a grande vantagem económica a ambiental», destacou. «Digo ganho económico em duas perspectivas: acredito que a reciclagem destes materiais, em alguns casos torna os produtos mais baratos. O apelo à reciclagem por parte das indústrias é resultante não só de uma consciência ambiental por parte destas empresas, mas, sobretudo, por representar um ganho na utilização de produtos que já foram antes utilizados».

Seja como for, enquanto o investimento não chega, o destino dos resíduos continuará a ser o aterro. «O lixo é recolhido nas diferentes artérias da cidade e é levado para o aterro do Golfo. Brevemente serão depositados no aterro que está a ser construído na zona dos Mulenvos. Um depósito com todas as características de um aterro ecológico e ambiental, indicou Pedro Júnior chefe de Departamento de Estudo e Projecto da Elisal. Dados fornecidos pela empresa de saneamento básico de Luanda, Elisal, indicam que, do total das duas mil toneladas produzidas diariamente na cidade de Luanda, 12, 99 por cento, correspondem a papelão, cerca de 10 por cento plástico, 24 por cento, matérias orgânicas e 15 por cento resíduos inertes.

## 7.4 Cazenga no meio do lixo

*Folha8...09-06-07*

A problemática do deficiente saneamento básico de Luanda, ainda é um assunto que vai dar muito que falar a julgar pela expansão dos focos de lixo que vão paulatinamente degradando a periferia, ao contrário do casco urbano que, desde algum tempo a esta parte, vem beneficiando de limpeza diária com a entrada em funcionamento de várias brigadas vocacionadas para o efeito.

Dos nove municípios que compõe a província de Luanda, o mais populoso, o Cazenga, parece ser o que carrega a pesada cruz em termos de manutenção de

lixo. Mesmo com a distribuição de brigadas para varrer Luanda e arredores, o popular "zengá" como alguns o chamam está a inundar-se com o lixo na medida em que o tempo vai passando.

A estratégia adoptada pelo Governo da Província para combater os resíduos sólidos, à época, governador Simão Paulo, ainda não começou a surtir os efeitos pretendidos no Cazenga, apesar dos esforços das autoridades locais. Folha 8 radiografou algumas partes do bairro e constatou que para além dos moradores, os outros "produtores" do lixo, são os vendedores ambulantes, os comerciantes e os empresários que fazem as suas vendas um pouco por todo o lado, sem preocupação da sua recolha.

Cada avenida ou rua, esquina ou beco deste bairro está um estabelecimento comercial, ou vendedor ambulante ou ainda, de noite, uma roulotte, quais "cogumelos" que o vão sujando.

A zona é essencialmente industrial, estas, na sua maioria, têm sabido evacuar o lixo para um aterro sanitário, logo o problema são os informais e pequeno comércio.

Quem desembarca no Cazenga, na zona da Igreja Católica Santo António, bairro Hoji-ya-Henda, uma das suas comunas, em direcção aos armazéns, passando pela escola primaria 1 de Junno, entristece-se ao ver os monturos de lixo, ao 16ºng da via, (conforme ilustram estas fotografias), produzidos por vendedores ambulantes que compram mercadorias e, em seguida comercializam-nas às portas dos estabelecimentos, sob 'o olhar sereno e impávido dos fornecedores, mais preocupados em vender a ter cuidados con). a higiene. "Aqui no Hoji-ya-Henda nós temos armazéns que vendem todo o tipo de mercadorias, e parece que nenhum deposita o lixo no local adequado", afirma António Matumonâ, morador próximo de um armazém que comercializa electrodomésticos e outros bens de consumo.

"O dinheiro é o que interessa aos donos destes armazéns, porque se eles tivessem a noção do perigo que representa a falta de higiene alguma coisa teria sido já feita para a sua remoção. Os senhores jornalistas vêem que as pessoas compram o produto na loja, e em seguida revendem na porta da mesma sem que para tal alguém coloque ponto final nisto", deplorou. A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), parece não ter a capacidade inicial para manter os anteriores níveis de limpeza do município. " A empresa do lixo limpa durante a noite e no dia seguinte a situação volta ao mesmo ponto", desabafou um município.

Tudo indica que a medida do GPL que exigia uma colaboração com os utentes dos entre postos para assinatura de contratos com a ELISAL para recolha de lixo em conjunto ainda não está a vincar, devido as

dificuldades para a remoção dos resíduos que são depositados ao longo da bermã da estrada. "Antes a ELISAL vinha até às nossas casas para recolher o lixo, agora depositámos na bermã da estrada para depois ela recolher", disse A. Betinho.

Lixo dificulta trânsito

No âmbito do programa de recuperação das estradas secundárias e terciárias em curso, em Luanda, lançado pelo Governo Provincial em que alguns municípios já estão a beneficiar o Cazenga poderá não usufruir deste projecto tão imediato enquanto não for melhorado urgentemente o saneamento básico, que numa primeira fase, consistirá na remoção de lixeiras nas vias à serem reabilitadas.

O lixo, para além das suas consequências nefastas que se lhe conhecem, está a dificultar a circulação regular criando enormes engarrafamentos. Para elucidar melhor o leitor, veja que do "Santo António" até a paragem da Mabor, que dista cerca de mil metros e meio, uma viatura pode percorrer o trajecto, em uma hora, devido as valas, lombas e amontoado de lixo, em algumas faixas de circulação, com o seu cheiro nauseabundo.

Se no Hojy ya Henda, ainda fiã ruas e ruelas em que os carros e as pessoas passam com dificuldades, já noutros bairros a situação é incontornável. Por exemplo, a rua da famosa sétirria avenida que parte do Centro Emissor do Cazenga da Rádio Nacional de Angola (RNA) desembocando na avenida Ngola Kiluanji em direcção ao mercado dos Kwanzas (petrangol) esrá intransitável há muitos anos por dois factores estranguladores; lixo e buracos.

Actualmente quem pretender sair, por exemplo, de um canto da rua para o outro, vice-versa, não poderá fazê-lo directamente como acontecia há dez ou doze anos, tem de dar uma aturada volta passando pelo meio da floresta do extinto Nzamba 4 com todos os riscos de ter de enfrentar os delinquentes, até chegar a 5ª avenida.

Das ruas adjacentes a esta principal avenida nenhuma delatem acesso a uma outra paralela por exemplo para a 6ª por causa dos montulhos que estão a engolir seriamente o bairro. Dos muitos musseques com mais anos de vida, o Cazenga precisa de uma requalificação urgente para que lhe seja devolvido a mistica que lhe é característica.

### 7.5 Epal promete melhor fornecimento de água

*Jornal de Angolae...19-06-07*

A reposição do sistema II vai possibilitar a distribuição plena e de forma regular de água potável à cidade de Luanda. A informação foi avançada, recentemente,

pelo director de Comunicação e Imagem da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL), Dilson Cunha. Este garantiu ter os tanques de distribuição com bons níveis de água, facilitando assim o fornecimento nos bairros onde a Epal presta serviço.

De acordo com Dilson Cunha, o abastecimento de água na cidade de Luanda vai melhorar ainda mais com a construção da nova estação de tratamento de água, bem como a distribuição e reposição de redes em algumas áreas.

"As áreas que antes só dependiam do abastecimento por camiões cisternas, dentro em breve vão ser abastecidas regularmente pela Epal. "Acreditamos que com este trabalho e investimento o problema de água deverá ser ultrapassado", disse. O responsável disse, também, que as zonas que possuem a rede e tenham um acesso de água de forma deficitário devido ao tempo da rede vão ter, também, o seu problema resolvido com o projecto de extensão da rede levado a cabo pela Epal. Para ele, os investimentos só vão ser recompensados com a contribuição regular dos consumidores (pagamento do consumo de água). "O Governo está a fazer um investimento de grande envergadura. Agora é necessário que nós, os beneficiários, tenhamos a cultura de pagar o consumo de água, pois só assim conseguiremos repor os sistemas no caso de uma avaria", concluiu.

De recordar que, a Epal retomou o fornecimento de água nos bairros do Rangel, Sambizanga, Marçal, Vila Alice, Miramar e parte do Bairro Operário, depois de uma paralisação no fornecimento do precioso líquido.

O responsável disse que o corte no abastecimento de água nestes bairros deveu-se a uma avaria técnica, na linha de fornecimento de energia à Estação de captação e Bombagem de Água de Kifangondo, impossibilitando o fornecimento aos centros de distribuição do Cazenga, Marçal e Maianga, ao mesmo tempo que garantiu, estar tudo reposto e não haver qualquer problema quanto a situação.

### 7.6 GPL lança novo modelo de recolha de lixo

*Jornal de Angola...20-6-07*

O Governo Provincial de Luanda lança este mês, nos bairros da periferia da cidade capital, um novo sistema de recolha de lixo, no âmbito da melhoria do sistema de limpeza e saneamento básico.

O anúncio foi feito pelo Governador provincial, Job Pedro Castelo Capapinha, durante uma reunião extraordinária com os administradores municipais e comunais.

De acordo com o chefe do executivo de Luanda, este programa especial visa acabar com 'os grandes focos de

lixo que se verificam em alguns bairros da periferia da cidade, principais causadores de doenças.

"O novo modelo de recolha de lixo dirigido começa a ser implementado a partir dos próximos dias e deverá contar com a participação directa dos munícipes através das comissões de moradores, administrações municipais e comunais, bem como do GPL, com a coordenação da Empresa de Saneamento "e Limpeza de Luanda ÉLISAL", afirmou.

Job Capa pinha solicitou, por outro lado, mais atenção e rapidez por parte dos responsáveis das administrações comunais na limpeza e saneamento, principalmente nas zonas periféricas.

No encontro, que durou cerca de três horas, foram discutidos aspectos ligados com à limpeza, saneamento básicos, e reabilitação de vias principais, secundárias e terciárias.

De recordar que a Elisal implementa, deste Setembro do ano findo, um modelo de recolha de lixo domiciliário, em toda extensão da província, envolvendo operadoras privadas, cujo valor global para toda a cidade está avaliado em oito milhões de dólares amencanos.

## 7.7 Empresa de saneamento lança novo sistema de recolha de lixo

*Angop...20-06-07*

A Agência de desenvolvimento "Micro-Form II", afecta ao Governo Provincial do Huambo, está há 15 dias, a distribuir sacos plásticos para a deposição de lixo doméstico, no âmbito do seu projecto de gestão ambiental ecológica, que visa a melhoria do saneamento básico da circunscrição.

O responsável do projecto de gestão ambiental e ecológica (Eco-Huambo), Joca Figueiredo, em declarações à Angop, fez saber que nesta primeira fase serão distribuídos um milhão e oitocentos mil sacos plásticos para a deposição de lixo doméstico. Num sistema de porta-a-porta, as operadoras como a "SSI" e a "Monte Adriano", estão a proceder a distribuição de dez sacos plásticos em cada residência de forma grátis, um processo que, no decorrer do segundo semestre do ano, vai abranger os mercados informais da cidade do Huambo.

"O projecto prevê a distribuição de sacos plásticos de dez em dez dias em cada residência, e isso vai fazer com que o lixo não fique disperso quer no acto de deposição em contentores como na zona de aterro sanitário", realçou o responsável.

O projecto já está a abranger as residências da rua "50", bairros dos Ministros, Académico e alguns edifícios da cidade baixa.

A fonte da Angop fez saber ainda que actualmente são produzidos e recolhidos diariamente 290 a 300 metros cúbicos de lixo, na cidade do Huambo, uma quantidade que aumentou em relação aos anos anteriores, tendo em conta o crescimento demográfico.

Nas cidades do Huambo, Caála e arredores, estão espalhados 800 contentores metálicos para a deposição do lixo, um projecto que foi lançado nos finais de 2006 pelo governo provincial.

## 7.8 Governador de Luanda pede maior cooperação na limpeza pública

*Angop...23-06-07*

O governador da província de Luanda, Job Castelo Capapinha, manifestou-se hoje (sábado) preocupado com a degradação da qualidade da limpeza pública na capital e apelou a uma maior cooperação da população no sentido de se inverter o quadro.

Falando numa reunião extraordinária com as comissões de moradores e assembleias de condóminos, o Governador de Luanda disse que a qualidade de serviços decaiu consideravelmente, ao se registar um contínuo desrespeito aos horários e locais indicados pelos operadores.

"Vai se notando de um tempo a esta parte uma tendência de se espalhar o lixo e não de arrumá-lo nos locais indicados assim como a sua deposição fora dos horários indicados", anotou, acrescentando que algumas pessoas envolvem crianças para deitar o lixo, sem lhes dizer como e a que horas o devem fazer. Ao referir-se sobre o novo modelo de limpeza pública para Luanda, o governador explicou que este orienta para a deposição do lixo das 18 às 21 horas para ser recolhido até às quatro horas do dia seguinte. Explicou que os moradores de vivendas devem colocar os resíduos em sacos plásticos junto à porta, enquanto que nos prédios, em baldes ou contentores nas zonas privativas dos edifícios.

O governador de Luanda informou, por outro lado, que decorrem intervenções para a reabilitação das vias secundárias e terciárias, garantindo que as obras terão qualidade técnica aceitável.

Na primeira fase, referiu, será feita a terraplenagem com acções de tapa buraco, enquanto se espera pelo arranque da obras das vias estruturantes. Estiveram no encontro o vice-governador para a área técnica, Bento Soito, administradores municipais, directores provinciais, e membros das comissões de moradores e assembleias de condóminos.

## 7.9 Agua potável precisa-se

*Folha8...23-06-07*

A crise crescente de água e de saneamento, que causa muitos danos à saúde dos angolanos levou à 13.06, o Governo a aprovar o programa de desenvolvimento das infra-estruturas integradas, que visa a construção e reabilitação faseada dos sistemas de abastecimento de água potável, energia eléctrica e tratamento de águas residuais da capital.

A notícia, recebida com cepticismo, pelas permanentes promessas não cumpridas, deve, ainda assim ter o benefício da dúvida, numa altura em que aumentam várias endemias, principalmente a cólera e as diarreias, derivadas da má qualidade da água e outros. Fernando José acredita no programa mas desconfia na ambição de muitos dos executores, muitas vezes interessados nas comissões, ao invés da materialização do projecto, tudo isso em clara má fé. "De facto há um esforço por parte do Governo no que diz respeito ao desenvolvimento do país, mas infelizmente, alguns colaboradores próximos do Governo estão viciados com a corrupção", lamentou.

"Assistimos muitas mortes provocados pela ingestão de água não tratada e não só e isso é dramático, pois muitas vezes, mesmo em unidades sanitárias não temos abastecimento de água, para lavar os instrumentos de trabalho e não só", denunciou o médico, Seles Domingos Puaty. "A água é a vida e um Governo que amputa verbas neste sector, pode ser acusado de cumplicidade na mOltandade, que grassa nas unidades hospitalares".

Agora as atenções estarão viradas para a urgência na implantação de mais uma promessa do Governo, subdividida em várias etapas, tendo que estar pronta a primeira no prazo de um ano e meio. Até lá esperemos que as mortes de angolanos, principalmente, crianças diminua.

A direcção da EPAL contactada pelo F8 garantiu que a reposição do sistema II vai possibilitar a distribuição plena e de forma regular de água potável à cidade de Luanda. "O abastecimento de água a cidade de Luanda vai melhorar ainda mais com a construção da nova estação de tratamento de água, bem como a reposição de redes em algumas áreas", frisou a fonte do gabinete de comunicação e imagem.

Assim, as zonas que possuem rede de canalização e tenham um fornecimento deficitário de água, irão beneficiar de nova tubagem, no quadro do projecto de extensão da nova rede da EPAL. "O Governo está a fazer um investimento de grande envergadura. Agora é

necessário que nós, os beneficiários, tenhamos a cultura de pagar o consumo de água, pois só assim conseguiremos repor os sistemas em casos de uma avaria", concluiu.

## 7.10 GPL promete fiscalizar as operadoras de limpeza

*Jornal de Angola...24-06-07*

O lixo acumulado na periferia da cidade de Luanda tem criado insatisfação por parte do Governo da Província de Luanda. Este desapontamento não foi escondido pelo governador Job Capapinha aquando de um encontro realizado a 28 de Março deste ano com as operadoras de limpeza, para avaliar o grau de implementação do modelo de recolha de lixo na capital.

O governador afirmou, na altura, que a situação actual da limpeza preocupa o Governo, porque "não está afinada nos moldes como já seria de aceitar nesse momento, pois ainda não estamos a exigir os 100% da prestação e gostar-se-ia, tão somente', de chegar aos 50%".

Job Capapinha sublinhou que as empresas deviam melhorar a sua prestação, num horiionte temporal determinado, que não seja superior ao do contrato. O governador admitia que os recursos humanos não estão vocacionados para a missão das operadoras ou a capacidade técnica que actualmente as empresas detêm são insuficientes ou os serviços complementares das operadoras para esse trabalho não estão à disposição dos trabalhadores e da cidade em geral.

Admitia ainda que o mais importante seria prestar um serviço à altura das exigências do Governo, conforme o modelo de gestão dos resíduos sólidos. Em jeito de justificação, as operadoras reconheceram a existência de dificuldades, dizendo que lia culpa não era apenas das operadoras de limpeza". Na mesma linha de pensamento, admitiram a existência de uma deficiente prestação de serviço, fraca qualidade técnica dos recursos humanos para a necessária assistência aos serviços de limpeza e recolha dos resíduos sólidos, bem como um volume limitado de equipamento técnico, comparado com o volume de trabalho em cada área de serviço.

Diziam, na altura, ser complexa a recolha de lixo, devendo ser analisada de forma global, na medida em que dificultam a limpeza da cidade factores como vias de acesso, engarrafamentos e ruas ainda alagadas que impossibilitam a passagem das viaturas de limpeza. Desta avaliação apresentada pela Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), afecta ao Governo Provincial, ficou patente, segundo o governador, que algumas operadoras, nomeadamente a EnviroBac,

SGO, Rangol e Solimpel, continuavam com as mesmas falhas apresentadas no ano passado no que toca à recolha do lixo. No mesmo período, responsáveis das empresas justificaram existir grande vontade de melhorar e aprimorar os serviços que prestam, apesar de haver muitos outros factores de estrangulamento que devem ser também realçados; João Montez, da Rangol, dizia, por exemplo, que as operadoras encontram, no dia-a-dia, diversas dificuldades, a começar pelo próprio munícipe, que não respeita o horário estabelecido pelo GPL para a deposição do lixo (das 18 às 21 horas).

Afirmavam as operadoras que o camião da recolha passa às cinco horas da manhã e às sete as ruas já estão completamente abarrotadas de lixo.

Como afirmava João Montez, em entrevista ao Jornal de Angola, a "cruz" não deve ser carregada apenas pelas operadoras. "A tarefa é de todas as partes envolvidas no processo".

Na sua visão, as campanhas de sensibilização efectuadas pela Elisal eram positivas, na medida em que se tratava de um novo sistema de recolha de resíduos sólidos e as pessoas não estavam ainda habituadas a guardar o lixo em casa até a hora estabelecida para a sua deposição.

Por causa do mau estado da maioria das estradas da cidade, não tem sido possível fazer-se a recolha do lixo com camiões, mas apenas com tractores, explicavam os responsáveis das empresas de limpeza.

## 8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

### 8.1 Angola na 112ª posição do índice de paz

*Angolense...09-06-07*

No primeiro estudo deste cariz, foi publicado recentemente um novo relatório intitulado Índice Global de Pacificação dos Estados. Na cauda encontram-se países africanos como Zimbábwe, Angola, Costa do Marfim, Nigéria e Sudão.

Entre os países africanos melhor cotados encontramos o Gana, Madagáscar, Botswana e Moçambique.

O estudo foi elaborado com a contribuição de várias influentes figuras mundiais como o Arcebispo Desmond Tutu da África do Sul, Nobel Dalai Lama, Sua Majestade a Rainha da Jordânia, o antigo Presidente dos Estados Unidos da América Jimmy Carrer e o Vice-presidente e economista chefe do Banco Mundial, Professor Joseph Stiglitz.

Este estudo foi compilado pela Economist Intelligence Unit do The Economist Group que publicam a revista The Economist. Ao longo dos seus trabalhos, aquele comité considerou unanimesmente que se pode falar hoje de um maior crescimento dos índices de paz no planeta, apesar dos focus de conflito existentes em alguns pontos. Segundo uma das conclusões do estudo assinaladas pelo australiano e filantropista Steve Killelea, os países melhor cotados na tabela são também aqueles que apresentam melhores níveis de transparência governamental bem como leis contra a corrupção. Este estudo baseou numa extensa lista de pressupostos (24 no total) com destaque para os processos de pacificação interna e externa dos países. Incluíram ainda os níveis de violência, crime organizado e as despesas militares de cada um dos 121 países em análise.

Coincidência ou não, propositadamente ou não, este estudo surgiu há público nas vésperas de mais uma reunião do G8 que se realizou na Alemanha, sendo que apenas dois deles se encontram entre os 10 melhores, ou seja, Japão em 5º lugar e o Canadá em 8º. Na lista, Alemanha encontra-se em 12º, a Itália em 33º, França em 34º, a Grã Bretanha em 49º da tabela. Os EUA encontram-se na 96ª posição.

A lista é liderada pela Noruega, seguida da Nova Zelândia. Portugal encontrase na 9ª posição, ao passo que Angola, reitere-se, ocupa a 112ª, a frente de países como a Costa do Marfim, Líbano, Paquistão, Colômbia, Nigéria, Rússia, Israel, Sudão e Iraque.

### 8.2 Paz teve influencia positiva no censo dos cabindenses

*Jornal de Angola...15-06-07*

No fim da sua visita a Cabinda, o coordenador da Cipe disse que o processo de cadastramento dos cidadãos teve um desempenho positivo porque a província registou o maior índice de cumprimento das metas do registo eleitoral.

"A visita tem esse condão positivo porque Cabinda, no cômputo geral, teve um desempenho bastante positivo. Hoje, precisamos apenas de proceder ao registo de cidadãos que vivem aqui no casco urbano e este fenómeno resulta do fluxo da imigração interna de alguns cidadãos que vêm para a cidade de Cabinda para fazer negócio e em busca de melhores condições de vida", frisou.

Segundo o ministro Fontes Pereira, um dado a reter é que inicialmente se prognosticava que os resultados do registo eleitoral em Cabinda estariam um pouco aquém dos números convencionais estabelecidos e de uma visão um tanto desvirtuada em função do passado político recente da província. "O certo é que hoje o potencial do resultado do registo eleitoral em Cabinda é claramente influenciado pelo ambiente de paz que se vive no território. As pessoas aderiram ao processo e é uma clara manifestação de solidariedade e de adesão às medidas que os protagonistas do acordo de paz realizaram, nomeadamente as medidas que o Governo executou no sentido de criar esse ambiente de tranquilidade, de liberdade e de participação democrática."

Dado os resultados positivos que Cabinda registou, o ministro Fontes Pereira sublinhou que a região vai beneficiar de uma campanha especial diferente daquela que decorrerá em todo país.

"Pelos resultados obtidos e a qualidade do registo que foi feito e também pelo facto de termos já garantido o registo nas zonas rurais, vamos agora dedicar uma atenção especial à área urbana", afirmou. Para esse efeito, "já desenhamos com as autoridades locais uma estratégia de educação cívica especificamente direccionada para esses desideratos, que é a conquista das bolsas de cidadãos que ainda não aderiram ao processo".

De acordo com o coordenador da Cipe, há franjas especiais da população de Cabinda que vão ser atendidas no quadro do chamado processo especial, nomeadamente, os militares, os acamados, os detidos e o pessoal mais ou menos ambulatório que circula à procura de negócio. "Serão essas as franjas da população que vão estar sujeitas à nossa atenção e à acção das brigadas e pensamos que nos 90 dias isso se resolve com tranquilidade", concluiu.

### 8.3 Desmobilizados recebem meios para o fomento da agricultura

*Jornal de Angola...18-06-07*

Um grupo de desmobilizados à luz do Memorando de Entendimento do Luena beneficiou, na província do Cunene, de produtos e meios de fomento agrícola, no âmbito da reintegração sócio-profissional.

A iniciativa, que conta com o financiamento do Governo e implementação da Agência de Cooperação e Pesquisa para o Desenvolvimento (ACORD), resume-se na oferta de sementes, charruas, enxadas e gado para tracção animal.

Enquadra-se no Programa Geral de Desenvolvimento e Reintegração (PGDR), iniciado em 2005. De acordo com o coordenador do projecto da Acord, Brígido Pitra, o programa já abrangeu, desde o seu início, um total de 399 ex-militares da UNITA ligados ao sector do fomento agrícola, devendo abranger entretanto cerca de 557 desmobilizados e seus familiares, até ao final do ano. Entretanto na província de Benguela, 220 ex-militares da UNITA, colocados na comuna do Cayave, 28 quilómetros do município do Caimbambo, beneficiaram esta semana de kits de reintegração social. O donativo, entregue pela Direcção Provincial da Assistência e Reintegração Social de Benguela, resume-se em materiais de serralharia, utensílios de cozinha e cobertores".

O responsável da Direcção do Minars de Caimbambo, Francisco Domingos, que não revelou o número de ex-militares a serem beneficiados, avançou que o apoio visa suprir algumas dificuldades com que se debatem os antigos militares da UNITA.

### 8.4 Estados não devem descuidar esforços na manutenção da Paz

*Jornal de Angola...19-06-07*

O Primeiro-Ministro apelou aos Estados membros da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul para não estarem alheios aos esforços de manutenção da paz, "um dos principais vectores de actuação da diplomacia multilateral contemporânea".

"A fidelidade aos valores supremos da paz, fraternidade humana, desenvolvimento e da solidariedade, impõem-nos a obrigação de criar um mecanismo eficaz e eficiente, a fim de participarmos em missões humanitárias e de manutenção da paz no âmbito da ONU e de outras organizações regionais e sub-regionais", disse. Entretanto, o Primeiro-Ministro encorajou os académicos e jovens dos países membros da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul a estudar e pesqui-

sar o Oceano Atlântico.

Fernando da Piedade considera que esta -seria uma oportunidade para garantir que os recursos sirvam, hoje e no futuro, os interesses legítimos dos Estados costeiros e as necessidades dos países em desenvolvimento.

O Primeiro-Ministro defendeu ainda o fomento do desenvolvimento da ciência e da tecnologia oceânicas nas suas múltiplas componentes, incentivando a criação de centros de investigação em áreas como a paleo-oceanografia do Atlântico Sul, as ciências do mar, gestão integrada dos oceanos e biologia marítima.

Em relação às organizações não-governamentais com sensibilidade e tradição na causa da paz oceânica, da desmilitarização, desnuclearização e desenvolvimento sustentável, Fernando da Piedade disse que a colaboração activa destas ONG será bem-vinda, nos termos a acordar de forma mútua e progressiva.

### 8.5 CDR reabilita e constroi mais cem escolas em quatro provincias

*Angop...20-06-07*

Cento e trinta escolas primárias, das quais 90 comunitárias e 40 de carácter definitivo, foram construídas e reabilitadas pelo Conselho Dinamarquês para os Refugiados (CDR), nas províncias do Kuanza Norte, Malanje, Uíge e Bengo, desde a sua implantação no país em 1996.

Esta informação foi prestada hoje (terça-feira) à Angop, na cidade de Malanje, pelo representante do CDR no país, George Franssen, quando testemunhava a reinauguração das duas últimas escolas financiadas pela sua organização.

Deste número 33 escolas entre comunitárias e definitivas foram construídas e reabilitadas na província de Malanje. Fez saber que as reabilitações e construções das referidas empreitadas contaram com o apoio do Governo Dinamarquês, União Europeia através da Echo, Unicef, Embaixada da Noruega e Prodeca.

Relativamente aos projectos executados pelo CDR foram beneficiárias as ONG Acção para o Desenvolvimento do Meio Ambiente e a Adra-antena Malanje.

As ONG privilegiadas vão trabalhar em 13 projectos de formação denominados "Escola na lavra do camponês".

A ONG está implantada no país desde 1996 e em Malanje desde 2003. Desenvolve actividades nos sectores da educação, água, agricultura, saneamento básico, reabilitação de infra-estruturas e ajudas na educação e sensibilização sobre minas, VIH/Sida entre

outras.

O CDR termina as suas acções em Dezembro próximo ao nível do país.

## 8.6 Angola tem 190 mil refugiados a viverem em países vizinhos

*Jornal de Angola...21-06-07*

Angola tem 190 mil refugiados em países vizinhos. A informação foi dada ontem na União dos Escritores Angolanos (UEA) pelo oficial a cargo do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Enrique Valles.

Enrique Valles, que falava durante a comemoração do Dia Mundial dos Refugiados, que ontem mesmo se assinalou, acrescentou que estes refugiados encontram-se na República Democrática do Congo, Zâmbia, Namíbia, África do Sul, Botswana e Zimbabwe. Os dois últimos países são os que menos angolanos albergam.

"Essa quantidade de angolanos que se encontra nos países vizinhos de Angola dedica-se à actividades económicas nestas sociedades. Constituíram aí as suas famílias. Por este motivo fica muito difícil convencê-los a regressar", explicou. Enrique Valles acrescentou ainda que o Governo de Angola, em coordenação com o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, promoveu um programa de repatriamento voluntário, que terminou em Março do ano em curso, no âmbito do qual aproximadamente meio milhão de angolanos voltou ao país.

À todos os que voluntariamente decidiram voltar, quer de África, quer da Europa, o Governo de Angola, generosamente, concedeu facilidades para facilitar o repatriamento.

Assim sendo, o Moxico, o Zaire e o Kuando Kubango, áreas periféricas onde eles chegaram, necessitam agora de muita atenção, para facilitar a reintegração social e económica destas pessoas, disse.

Enrique Valles realçou que o Governo de Angola deve fazer uma distinção, conforme manda o Direito Internacional, entre aquelas pessoas que são migrantes económicas e as pessoas que realmente necessitadas. O responsável do referido organismo da ONU frisou que existem milhares de pessoas no mundo que se tornam refugiadas por causa de situações económicas, sociais e educativas que enfrentam nos seus países. No caso concreto dos angolanos, disse, a guerra foi o principal factor que fez com que muitos cidadãos fossem à busca de segurança e protecção em países vizinhos. Mas, adiantou, o processo agora se inverte. Pela sua riqueza, o país se tornou no foco das atenções de refugiados e emigrantes económicos de outros países. Nesta senda, o mais importante agora é que o Governo de Angola, como Estado, desenvolva sistemas próprios, conforme

o ordenamento jurídico internacional, para saber distinguir os emigrantes económicos dos refugiados, aconselhou o oficial da Acnur.

Neste sentido, continuou, o Acnur tem como estratégias para os próximos dois anos trabalhar conjuntamente com o Governo, para que resolva a situação dos imigrantes.

O 20 de Junho, Dia Mundial do Refugiado, é comemorado desde a assinatura, em Addis-Abeba, Etiópia, da Convenção sobre a Protecção do Refugiado, em 1969.

## 8.7 Balombo beneficia de três novas escolas

*Angop...21-06-07*

Três novas escolas do ensino primário estão a ser erguidas desde o início da semana, no município do Balombo, a 182 quilómetros da cidade de Benguela, no âmbito do Programa de Melhoramento e Aumento de Serviços sociais básicos as populações.

De acordo com o responsável do estudo e planeamento da administração municipal local, Androz Cassango, as escolas são do tipo pré-fabricadas e uma delas, com três salas de aulas, esta a ser montada no bairro novo da sede do município. As outras duas com seis salas cada estão a ser erguidas nas comunas do Chindumbo e Maka-Mombolo. Sem adiantar o valor empregue nas infra-estruturas, revelou que os estabelecimentos escolares em execução atenderão um total de 1.800 alunos da iniciação a sexta classe do ensino geral.

Segundo o responsável, as escolas serão montadas num período estimado de cinco semanas e beneficiarão de espaço administrativo e residências para professores e equipadas com mobiliário e sistema eléctrico..

## 8.8 Angola alberga mais de 60 mil refugiados

*Jornal de Angola...22-06-07*

Angola alberga 61 mil e 4 98 refugiados, provenientes de vários países africanos e do Médio Oriente. A informação foi prestada pelo oficial do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Enrique Valles.

Segundo Enrique Valles, que falava por ocasião do Dia Mundial dos Refugiados, tais cidadãos estão nas províncias de Luanda, Kwanza-Norte, Zaire, Moxico, Lunda Norte e Lunda Sul.

Valles fez saber que, do aludido número de refugiados, 7 mil e 819 estão nos campos de concentração, 2 mil e 638 nas zonas urbanas, 51 mil e 41 dispersas pelo país.



Tais cidadãos, segundo o alto funcionário do Acnur, são provenientes da Costa do Marfim, Sudão, Somália, Serra Leoa, Libéria, Líbano, Eritreia, Etiópia, Tchad, Iraque, Burundi, Congo Democrático e Rwanda.

Por seu turno, Alfredo Leite, director do Departamento de Refugiados do Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS) informou que a sua instituição, no ano em curso, em parceria com o Serviço de Migração e Estrangeiros, com apoios da Acnur, está a implementar um processo de registo a nível nacional visando a revisão do sistema de pesquisa de registo de refugiados residentes em Angola.

" A primeira fase desse processo foi cumprida durante o ano passado. Neste, será incrementado novo registo com padrões universais em todo país", explicou.

O registo, que é universalmente conhecido como "Progress", um programa oferecido pelo Acnur cuja finalidade é a de determinar o número real dos países e o controlo migratório em Angola, assim como registar as cifras de cidadãos que pedem asilos e os refugiados.

## 8.9 Ex-combatentes queixam-se da miséria

*Cruzeiro do sul...23-06-07*

Perto de vinte mil ex-combatentes das FALA e das FAPLAS estão agastados com o Governo na província da Huíla. Depois de terem sido desmobilizados à luz dos acordos de Luena e Lusaka assinados pelo Governo e a UNITA acham-se entregues ao "Deus nos acuda". Tudo porque deste número apenas sete mil receberam até hoje os seus subsídios de contingência e outros cerca de treze mil esperam há quinze anos pelo dinheiro. Deste número de não beneficiados 90 por cento pertenceram ao braço armado da UNITA. Segundo uma fonte bem colocada daquele partido ao nível local foram feitos vários esforços para acelerar e buscar esclarecimentos mas o processo de reintegração social dos seus ex-combatentes trata-se mais de um problema político do que social, conforme referiu.

Em consequência disso, acrescentou a fonte, quase todos os dias os antigos companheiros de trincheira chegam ao partido para saber como anda afinal o processo de sua reintegração social. O mais agravante segundo o partidário do galo negro é que centenas de ex-combatentes sobrevivem de trabalhos rudimentares como levar sacos as costas, transportar água nos prédios

Entretanto o Instituto de Reintegração Socioprofissional dos ex-militares já fez saber que nesta altura existe uma verba de dois milhões de dólares para desenvolver projectos de reintegração socioprofissional dos ex-militares das FALA e FAPLAS. Segundo o responsável do departamento provincial, Fernando

Calunga, centenas destes já beneficiaram de kits e de acções de formação em áreas como mecânica, recauchutagem, carpintaria, sapataria e outros ofícios que os permitiram enquadrar-se na sociedade.

## 8.10 Policia redobra esforços na vigilância para consolidação da paz

*Angop...24-06-07*

O delegado provincial do Huambo do Ministério do Interior, subcomissário António de Jesus Miranda Guedes, revelou sexta-feira na vila do Bailundo, província do Huambo, que as estruturas policiais vão redobrar esforços na vigilância, por formas a se consolidar a paz no país.

Esta afirmação do delegado provincial do Ministério do Interior, foi expressa durante a cerimónia do encerramento do 28º aniversário da criação da instituição que dirige, marcado com actividades desportiva, cultural e reza de uma missa em memória do antigo ministro, Osvaldo de Jesus Serra Van-Dúnem.

De acordo com o delegado provincial do ministério do interior no Huambo, a polícia vai contribuir nas acções do governo inserido na reconstrução nacional, no programa da modernização da instituição que dirige. "Perante a realidade jurídico e político do país, o Ministério do Interior é chamado a assumir com frontalidade as missões que constituem a sua vocação por excelência, no novo clima em que o combate à criminalidade vai merecer uma especial atenção por parte da incorporação na província".

Por outro lado, António Guedes, assegurou que a sua instituição vai prestar uma atenção especial no combate à imigração ilegal, à fuga ao fisco e à delapidação das riquezas nacionais.

A formação dos efectivos da Polícia Nacional, a recuperação e a criação de novas infra-estruturas nas sedes comunais e municipais do interior da província do Huambo, foram igualmente apontados como prioridade por formas a dignificar a instituição na garantia da tranquilidade pública nos 11 municípios desta região.